

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2025

PROTOCOLO N.º 24.0.000002614-0

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, sob n.º 90029/2025, tendo por objeto a formação de **REGISTRO DE PREÇOS** para a eventual prestação de serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material, em ambientes ocupados atualmente e eventuais futuras sedes a serem implantadas da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em todo o Estado do Paraná, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443 – Pregão Eletrônico nº 90029/2025
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	02/02/2026, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.1. A Pregoeira deste certame é a servidora Larissa Alas Mayer, designada pela Portaria DPG n.º 90/2025

1.2. O regime de execução do presente objeto é empreitada por preço unitário.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão é a formação de registro de preços para a eventual prestação de serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2025 – SEI n.º 24.0.000001614-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

fornecimento de material, em ambientes ocupados atualmente e eventuais futuras sedes a serem implantadas da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em todo o Estado do Paraná, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 1.066.369,08 (um milhão, sessenta e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e oito centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. Considerando o disposto no art. 39 da Resolução DPG nº 375/2023, a indicação dos recursos orçamentários referentes ao pagamento do objeto desta licitação ocorrerá antes da formalização do termo de contrato ou do instrumento equivalente.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.2. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, os **Grupos 3, 7 e 9, cujo valor estimado é inferior a R\$ 80.000,00, serão de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP.** Quanto aos demais grupos, não se aplica a reserva de cota de 25% prevista no inciso III do mesmo artigo, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar, o objeto é de natureza interdependente, cujo conteúdo é indivisível, o que inviabiliza a criação de cotas.

6.3. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021

6.4. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.4.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.5. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.6. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.6.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, sendo vedada, nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, a possibilidade de ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) percentual de desconto;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2025 – SEI n.º 24.0.000001614-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo maior percentual de desconto aplicado ao valor total máximo anual de cada grupo/ítem constante das tabelas 1.3.1 do Termo de Referência.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 0,5% (meio ponto percentual), em relação ao valor total máximo anual de cada grupo/ítem.

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definido maior percentual de desconto ofertado, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários de desconto.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances com o mesmo percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do maior percentual de desconto registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, com percentual de desconto obrigatoriamente superior ao percentual de desconto da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo de desconto estabelecido no subitem 9.12.1, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos percentuais de desconto apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo II.

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os percentuais de desconto ofertados não poderão ser reduzidos em relação à proposta inicial, devendo ser mantido, no mínimo, o maior percentual apresentado. O valor resultante da aplicação do desconto não poderá ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais fixados neste edital.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;

b) Caso se trate de aquisição de bens, documentos (catálogos/fôlderes) que comprovem que a marca e o modelo do produto ofertado cumprem as especificações do Termo de Referência (Anexo I);

c) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2025 – SEI n.º 24.0.000001614-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná

(<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>

e <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.3.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é maior desconto, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) cujo valor resultante da aplicação do percentual de desconto seja superior aos valores máximos fixados no Anexo I, ou quando os preços forem manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**
- c) qualificação econômico-financeira;**
- d) qualificação técnica.**

13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;
- b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS –DISPONIBILIDADE INTERNA –IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais;
- b.1) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;
- b.2) Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada ou acompanhados dos originais para possibilitar a sua autenticação e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa.
- b.2.1) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibos de entrega de livro digital na Receita Federal.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2025 – SEI n.º 24.0.000001614-0



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

c) A comprovação de boa situação financeira da empresa, a que se refere a alínea "b", será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1,0 (> ou = 1,0), resultante da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

c.1) As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices, quando da habilitação, deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Os índices previstos nos itens "c" e "c.1" serão computadas com base nas demonstrações contábeis do último exercício social.

d.1) A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos dos itens "c" e "c.1", tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a devida correção, não será motivo de inabilitação.

13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

13.5.1. Nos termos do item 4 do Termo de Referência (Anexo I), deverão ser apresentados, pela empresa e pelo responsável técnico, os seguintes documentos:

13.5.2. Para a empresa (qualificação técnico-operacional):

13.5.2.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

13.5.2.2. Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do estado do Paraná, será aceito o registro do CREA do Estado de origem, ficando a Licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do estado do Paraná antes da assinatura do contrato.

13.5.2.3. Atestado(s) expedido(s) por pessoa física ou pessoa jurídica de direito

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2025 – SEI n.º 24.0.000001614-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto desta contratação, referente à instalação de pontos elétricos e/ou lógicos, conforme quantitativos indicados no Apêndice IX, admitida a apresentação de atestados individualizados e a somatória de atestados diversos.

13.5.3. Para o responsável técnico (qualificação técnico-profissional):

13.5.3.1. O objeto da licitação deverá ter o acompanhamento de, ao menos, 1 (um) engenheiro eletricista legalmente habilitado, nos termos da Resolução nº 218, do CONFEA, que será o responsável técnico por parte da CONTRATADA.

13.5.3.2. Declaração de responsabilidade técnica, conforme Apêndice X do Termo de Referência, referente ao compromisso de participação de pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declare que participará, permanentemente, a serviço da empresa do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização da Defensoria Pública.

13.5.3.3. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA, para a comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, indicados como responsável(is) técnico(s), detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico, emitida(s) pelo CREA, referente à instalação de pontos elétricos e/ou lógicos, conforme quantitativos indicados no Apêndice XI, admitida a apresentação de atestados individualizados e a somatória de atestados diversos.

13.5.3.3.1. A(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico deverá(ão) comprovar atuação do responsável técnico indicado pela licitante na instalação de rede estruturada “Categoria 6 ou 5e” e/ou instalação de rede elétrica estabilizada.

13.5.3.4. Documentação que comprove o vínculo entre o profissional e o serviço a ser prestado, por meio de Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social da empresa, Contrato de prestação de serviços, Contrato de Trabalho, ou termo, através do qual o(s) profissional(is) assumam(m) a responsabilidade técnica pelo serviço a ser prestado, a ser apresentada somente quando da celebração da Ata de Registro de Preços.

13.5.3.5. Após a celebração da Ata de Registro de Preços, somente será admitida a substituição legal de qualquer profissional indicado em situações excepcionais, desde que o motivo seja justificado, comprovado e plausível, e o novo profissional indicado seja submetido aos mesmos critérios de avaliação estipulados e demonstre ter qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído.

13.5.4. Declaração de Vistoria ou de Pleno Conhecimento do Objeto, observado o disposto no capítulo 4 do Termo de Referência, conforme modelo do seu Apêndice VI;

13.5.5. Declaração de Responsabilidade técnica, conforme modelo do



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Apêndice X do Termo de Referência.

13.5.6. Declaração de conhecimento das condições físicas para prestação dos serviços, conforme modelo do Apêndice VII do Termo de Referência;

13.5.7. Comprovação de que o Responsável Técnico pertence ao quadro permanente da empresa ou é contratado como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT. É admitida declaração de contratação futura do Responsável Técnico indicado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

13.6. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.gov.br/compras, nos termos deste edital.

13.6.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.7. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora,



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Após a declaração do vencedor, as demais classificadas poderão se manifestar, através de mensagem no sistema ou de e-mail para licitacoes@defensoria.pr.def.br, no prazo de 24 horas, sobre o eventual interesse em figurar no cadastro de reserva, com preços iguais aos da licitante vencedora.

14.5.1. Havendo interesse em participação no cadastro de reserva, o Pregoeiro deverá realizar nova classificação das propostas, respeitada a sequência de classificação anterior.

14.5.2. A licitante que não aceitar participar do cadastro de reserva perderá sua posição na classificação dos lances para as que aceitarem, sendo reinserida na ordem de classificação de acordo com o valor de sua proposta final.

14.5.3. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

14.5.4. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

14.6. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.6.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

14.6.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

15. DA AMOSTRA E VISTORIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2025 – SEI n.º 24.0.000001614-0



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- 15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.
- 15.2. Nos termos do item 4 do Termo de Referência (Anexo I), a realização de vistoria é facultativa. Quando efetuada, a licitante deverá apresentar a Declaração de Vistoria, conforme modelo constante do Apêndice VI. Caso opte por não realizá-la, deverá apresentar a Declaração de Conhecimento das Condições Físicas do Local, conforme modelo constante do Apêndice VII. O agendamento da vistoria deverá ser solicitado por meio do endereço eletrônico: engenharia@defensoria.pr.def.br.

16. DOS RECURSOS

- 16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.
- 16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 16.1.1. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.
- 16.1.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.
- 16.1.3. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.gov.br/compras.
- 16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP), eletronicamente,



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.1

17.1.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.1.

17.2. A Ata registrará os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame.

17.3. Os registros far-se-ão da seguinte forma:

a) Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

b) No anexo da ARP, o cadastro de reserva com os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.

17.3.1. Se houver mais de uma licitante na situação do item 17.3, “b”, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

17.4. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

17.4.1. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

17.5. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5.1. A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

17.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

17.7. Não será permitida a adesão à ata de registro de preços mantida pela DPE-PR.

17.8. As condições para a alteração de preços registrados, inclusive atualização periódica, e as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços estão previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV).

17.9. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços implicará na renovação do quantitativo inicialmente registrado.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato.

18.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para a assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

18.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 18.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 18.2.

18.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 18.2.

18.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

18.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando injustificadamente recusar-se ao aceite, observar-se-á o procedimento previsto no item 17.4, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais cominações legais.

19. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

19.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

19.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

20. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

20.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

21. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

22.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

22.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

22.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

22.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

22.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

22.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

22.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

22.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

22.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2025 – SEI n.º 24.0.000001614-0



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constituição de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual prestação de serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material, em ambientes ocupados atualmente e eventuais futuras sedes a serem implantadas da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em todo o Estado do Paraná.

1.2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. A Defensoria Pública do Estado do Paraná está instalada em 27 (vinte e sete) municípios, abarcando todas as regiões do Estado. Com essa ampla descentralização, origina-se a necessidade em prover solução eficiente na gestão dos imóveis ocupados, dentre elas, a realização de adequações em pontos elétricos e lógicos, de forma a suportar as demandas de ampliação, reestruturação de leiaute de ocupação, mobilização de novas unidades ou desmobilização de unidades já ocupadas.

1.2.2. A quantidade estimada para a presente contratação leva em consideração o atual passivo de demandas nas unidades institucionais. A partir da quantidade de pontos elétricos e lógicos a serem instalados, removidos ou modificados em cada sede, estimou-se o valor total máximo da licitação.

1.2.3. Com a presente contratação, objetiva-se ajustar a estrutura elétrica e lógica já identificadas, bem como viabilizar ajustes céleres em todas as novas demandas que surgirem ao longo da vigência das atas de registro de preços que vierem a ser firmadas.

1.2.4. Atualmente, a Defensoria Pública do Estado do Paraná não dispõe de nenhuma contratação vigente para esse objeto, tendo já firmado, anteriormente, as Atas de Registro de Preços n.º 11/2014, 12/2017 e 01/2024, das quais foram firmados múltiplos contratos, além do Contrato n.º 027/2019, para adequação específica para apenas uma unidade.

1.2.5. Conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista que o atendimento da demanda por serviços eletrológicos pode alcançar as unidades ao longo do Estado, entende-se pelo parcelamento regional do objeto. Com isso,



amplia-se não apenas a competitividade, como, também, a possibilidade de atendimento simultâneo de múltiplas demandas. Além disso, o parcelamento regional reduz o raio de atuação das futuras contratadas, simplificando o modelo de precificação, uma vez que torna desnecessária a previsão de pagamento de diárias e deslocamentos para a execução dos serviços. Nesse sentido, o parcelamento da contratação foi idealizada a fim de (i) trazer atratividade econômica aos lotes, sobretudo ao se evitar isolar cidades que demandam adequações de menor porte; e (ii) evitar que a distância máxima entre as cidades mais extremadas de cada lote seja superior a 150 (cento e cinquenta) quilômetros. A medida, ainda, amplia a eficiência da gestão administrativa, ao reduzir o número de relacionamentos contratuais.

1.3. DESCRIÇÃO BÁSICA DO OBJETO

1.3.1. O objeto da presente contratação se resume da seguinte forma:

GRUPO 1 - CURITIBA E RMC: Curitiba, Almirante Tamandaré, Colombo, São José dos Pinhais.			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
1	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ 277.349,77
TOTAL			R\$ 277.349,77

GRUPO 2 - LITORAL: Paranaguá, Antonina, Morretes, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
2	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material..	R\$ 93.305,30
TOTAL			R\$ 93.305,30

GRUPO 3 - CENTRO-ORIENTAL: Ponta Grossa e Castro.



EXCLUSIVO ME/EPP			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
3	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ 30.303,29
TOTAL			R\$ 30.303,29

GRUPO 4 - CENTRO-SUL: Guarapuava.			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
4	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ 96.186,96
TOTAL			R\$ 96.186,96

GRUPO 5 - NORTE CENTRAL 1: Londrina, Cornélio Procopio, Apucarana e Cambé.			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
5	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ 264.058,17
TOTAL			R\$ 264.058,17

GRUPO 6 - NORTE CENTRAL 2 - Jandaia do Sul, Maringá e Paranavai.			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
6	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ 173.394,55
TOTAL			R\$ 173.394,55



GRUPO 7 - NOROESTE: Cianorte, Campo Mourão e Umuarama.			
EXCLUSIVO ME/EPP			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
7	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ 29.879,77
TOTAL			R\$ 29.879,77

GRUPO 8 - OESTE: Cascavel e Foz do Iguaçu.			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
8	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ 86.648,91
TOTAL			R\$ 86.648,91

GRUPO 9 - SUDOESTE: Pato Branco e Francisco Beltrão.			
EXCLUSIVO ME/EPP			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL
9	1538	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ 15.242,36
TOTAL			R\$ 15.242,36

1.3.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, conforme padrões de desempenho e qualidade definidos no Apêndice I.



1.3.3. Os serviços serão acionados conforme a efetiva demanda da Defensoria Pública do Estado do Paraná, de forma que a execução financeira da contratação corresponderá à justa contraprestação dos serviços.

1.3.3.1. Os serviços poderão ser prestados em qualquer cidade do Estado do Paraná.

1.3.3.1.1. No caso de acionamento dos serviços em cidade eventualmente não indicada nos quadros que compõem o item 1.3.1., a demanda será atendida pela empresa que atenda o município expressamente indicado no grupo da licitação mais próximo da demanda.

1.3.4. Não serão indicados os quantitativos totais a serem adquiridos, uma vez que a prestação dos serviços está integrada ao fornecimento de bens, nos termos do art. 82, §3º, inc. III, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.3.4.1. Os valores máximos estimados para cada lote se baseiam na projeção de pontos elétricos e/ou lógicos a serem implantados e em composições paramétricas, conforme Apêndice II, que estimaram o custo de implantação e desmobilização de pontos elétricos e lógicos, além de demais serviços eventualmente necessários para a sua conclusão.

1.3.4.2. Diante da não indicação dos quantitativos máximos a serem contratados, ficam afastadas as hipóteses previstas no art. 82, inc. II e IV, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.3.4.3. Diante das características da contratação, fica vedada a possibilidade de participação ou adesão à presente contratação.

1.3.5. Os custos com materiais e serviços necessários à execução do objeto considerará a Tabela de Custos e Serviços de Edificações Desonerada da Secretaria das Cidades do Estado do Paraná - SECID¹, doravante chamada “Tabela SECID”, de uso referencial na Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme Instrução Normativa DPG n.º 98/2025².

1.3.5.1. Os quantitativos para cada material ou serviço será indicado conforme a efetiva demanda de adequação, de forma a compor o valor total de cada acionamento das Atas de Registro de Preços derivadas desta contratação.

1.3.5.2. Os materiais e serviços que tendem a predominar no acionamento da Ata de Registro de Preços derivada desta contratação, em rol não exaustivo, constam

¹ Disponível em <https://www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes>.

² Disponível em <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Pagina/Instrucoes-Normativas-DPG>.



no Apêndice III, a fim de ampliar a compreensão do objeto para fins de formulação das propostas.

1.3.5.2.1. Quaisquer itens da Tabela SECID poderão ser utilizados na adequação dos imóveis, desde que intrinsecamente necessários à finalidade desta contratação.

1.3.5.2.2. É vedada a aquisição de materiais para a formação de estoque e a utilização dos serviços, associados ou não ao fornecimento de materiais, que não atinentes, ou diretamente complementares ou suplementares, aos serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas.

1.3.6. Sobre os custos com materiais e serviços da Tabela SECID serão aplicados os Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, conforme cálculo apresentado no Apêndice IV, em consonância à Resolução SECID n.º 027/2025, no percentual máximo de 28,49% (vinte e oito inteiros e quarenta e nove centésimos por cento).

1.3.6.1. A ausência de apresentação da composição do BDI resultará na desclassificação da proposta.

1.3.6.2. Quando da formalização dos contratos derivados das atas de registro de preços a serem firmadas, deverá ser corrigido o BDI de acordo com a alíquota do município no qual serão prestados os serviços, além dos demais ajustes necessários.

1.3.6.3.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES

2.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2024, sob o registro n.º 024/2025.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação ocorrerá por meio licitatório, conforme Plano de Contratações Anual 2025.

3.2. A modalidade de contratação será por meio de Pregão Eletrônico, tendo em vista tratar-se de um serviço comum de engenharia, padronizável em termos de desempenho e qualidade.

3.3. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, em razão do caráter eventual, não imediato e não continuado do objeto, de forma a permitir que seu acionamento ocorra de acordo com a efetiva demanda institucional.



3.3.1. A contratação, estruturada como Sistema de Registro de Preços com valor máximo global e tabela oficial de preços unitários, nos termos do art. 82, § 3º, III, da Lei nº 14.133/2021, não prevê quantitativos individualizados por item, inviabilizando a adesão de órgãos não participantes (art. 86).

3.4. O critério de julgamento será o de maior desconto aplicado ao valor máximo de cada item.

3.4.1. O desconto da proposta vencedora será aplicado linearmente aos itens da Tabela SECID, após acréscimo do BDI proposto pela licitante vencedora.

3.5. A adjudicação será por lote/grupo.

3.6. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.6.1. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.7. Aplica-se o tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7.1. O tratamento diferenciado somente não será aplicado na hipótese prevista no inciso III do Art. 48 da Lei supracitada, pois o objeto trata-se de uma solução interdependente, cujo conteúdo não é divisível, o que inviabiliza a criação de um novo lote com cota para as empresas beneficiárias.

SUBCONTRATAÇÃO

3.8. Será admitida subcontratação parcial do objeto, restrita conforme descrito no Termo de Referência.

3.8.1. Somente será admitida a subcontratação para a realização de serviços acessórios, tais como pequenas adequações civis decorrentes das adequações elétricas e lógicas contratadas.

3.8.2. Independentemente da subcontratação dos serviços nos termos descritos, a CONTRATADA se compromete a fornecer serviços padronizados em todos os locais de prestação.

3.9. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela Defensoria Pública, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a SUBCONTRATADA possui habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como a



qualificação técnica, quando aplicável para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da contratada.

3.9.1. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Requerimento de Subcontratação, conforme modelo constante no Apêndice V deste documento, juntamente com os documentos da SUBCONTRATADA, e o contrato de subcontratação celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

3.9.1.1. O prazo para a apresentação do requerimento e entrega dos documentos descritos nos itens acima é de até 10 (dez) dias após a assinatura do termo de contrato.

3.9.1.2. A Defensoria Pública terá o prazo de 10 (dez) dias para autorizar a subcontratação, por meio de comunicação formal do fiscal do contrato.

3.10. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.11. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA, após o recebimento definitivo do objeto.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

DA VISTORIA AOS IMÓVEIS PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTA

4.2. A vistoria prévia aos imóveis da Defensoria Pública, para fins de formulação da proposta, é facultativa e somente ocorrerá mediante manifestação de interesse dos proponentes, devendo ser realizada, obrigatoriamente, antes da data e horário designados para o certame.

4.2.1. Nos casos em que a licitante realizar a vistoria, esta deverá apresentar Declaração de Vistoria, conforme Apêndice VI.

4.2.2. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria aos imóveis antes da sessão licitatória, deverá ser apresentada Declaração de Conhecimento das Condições Físicas do Local, conforme Apêndice VII.

4.3. A vistoria poderá ser realizada em quantas unidades as empresas julgarem pertinentes para a formulação das propostas, conforme lista contida no Apêndice VIII.



4.4. Para a realização da vistoria, a empresa interessada deverá requerer o agendamento junto à Diretoria de Engenharia e Arquitetura, através do endereço de correspondência eletrônica engenharia@defensoria.pr.def.br.

4.4.1. O requerimento de vistoria deverá indicar:

- a) O número do Edital de Licitação ao qual requer a vistoria;
- b) O nome e CNPJ da empresa;
- c) O nome da(s) pessoa(s) que realizará(ão) a vistoria e o vínculo com a empresa;
- d) Os imóveis que requer vistoriar, nos termos do item 4.3. deste documento.

4.4.2. Em retorno, a empresa receberá uma comunicação formal contendo o endereço completo do local, data e horário agendados para a realização da vistoria e o nome completo e número de telefone do servidor público que acompanhará a equipe técnica da empresa durante a vistoria.

4.5. Somente serão admitidos requerimentos de vistoria com até 02 (dois) dias úteis de antecedência ao certame, a fim de que possam ser adotadas as providências necessárias.

DA NÃO NECESSIDADE DE AMOSTRAS E CATÁLOGOS TÉCNICOS

4.6. Não será requisitada a apresentação de amostras ou catálogos técnicos na presente licitação, uma vez que o rol de materiais necessários para a execução do objeto é extenso e com ampla correlação, de forma que a análise de itens isolados não permitiriam garantir a qualidade do objeto entregue.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

4.7. A qualificação técnico-operacional será demonstrada por meio de:

4.7.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

4.7.2. Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do estado do Paraná, será aceito o registro do CREA do Estado de origem, ficando a Licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do estado do Paraná antes da assinatura do contrato.

4.7.3. Atestado(s) expedido(s) por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto desta contratação, referente à instalação de pontos elétricos e/ou lógicos, conforme quantitativos indicados no Apêndice IX, admitida a apresentação de atestados individualizados e a somatória de atestados diversos.



DA COMPOSIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

4.8. O objeto da licitação deverá ter o acompanhamento de, ao menos, 1 (um) engenheiro eletricista legalmente habilitado, nos termos da Resolução nº 218, do CONFEA, que será o responsável técnico por parte da CONTRATADA.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

4.9. A qualificação técnico-profissional será demonstrada por meio de:

4.9.1. Declaração de responsabilidade técnica, conforme Apêndice X, referente ao compromisso de participação de pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declare que participará, permanentemente, a serviço da empresa do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização da Defensoria Pública.

4.9.2. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA, para a comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, indicados como responsável(is) técnico(s), detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico, emitida(s) pelo CREA, referente à instalação de pontos elétricos e/ou lógicos, conforme quantitativos indicados no Apêndice XI, admitida a apresentação de atestados individualizados e a somatória de atestados diversos.

4.9.2.1. A(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico deverá(ão) comprovar atuação do responsável técnico indicado pela licitante na instalação de rede estruturada “Categoria 6 ou 5e” e/ou instalação de rede elétrica estabilizada.

4.9.3. Documentação que comprove o vínculo entre o profissional e o serviço a ser prestado, por meio de Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social da empresa, Contrato de prestação de serviços, Contrato de Trabalho, ou termo, através do qual o(s) profissional(is) assumam(m) a responsabilidade técnica pelo serviço a ser prestado, a ser apresentada somente quando da celebração da Ata de Registro de Preços.

4.9.4. Após a celebração da Ata de Registro de Preços, somente será admitida a substituição legal de qualquer profissional indicado em situações excepcionais, desde que o motivo seja justificado, comprovado e plausível, e o novo profissional indicado seja submetido aos mesmos critérios de avaliação estipulados e demonstre ter qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído.

DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

4.10. Para a habilitação da CONTRATADA, é exigida:



- 4.10.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- 4.10.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;
- 4.10.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;
- 4.10.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 4.10.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- 4.10.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.11. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:
 - 4.11.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - 4.11.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
 - 4.11.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
 - 4.11.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;
 - 4.11.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

5. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

5.1. A formalização da contratação será por meio de Ata de Registro de Preços e Instrumento Contratual, conforme disciplinado a seguir.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.2. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmada Ata de Registro de Preços.
- 5.3. O adjudicatário será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços e deverá assinar o respectivo documento, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis, no máximo, por igual prazo, a critério exclusivo da Defensoria Pública, desde que solicitado de forma justificada e tempestiva pela empresa adjudicada.



5.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, excluído o dia do termo final, contados da sua publicação no Diário Eletrônico da DPE/PR.

5.5. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

5.6. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.7. A Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogada por mais 1 (um) ano, atendendo exclusivamente ao interesse da administração pública, desde que comprovado preço vantajoso, hipótese em que se renovarão os quantitativos originalmente registrados.

DA ORDEM DE SERVIÇO

5.8. Após a formalização da Ata de Registro de Preços, a Defensoria Pública emitirá Ordem de Serviço contendo o Projeto Básico ou elementos técnicos instrutores, além do cronograma técnico-financeiro, para que a CONTRATADA tome conhecimento e os aprove para a celebração de instrumento contratual.

5.8.1. Para cada lote desta licitação, não serão encaminhadas Ordens de Serviço simultâneas, de forma que novas emissões somente serão realizadas após a aprovação dos documentos encaminhados na Ordem de Serviço anterior.

5.9. Os prazos e condições relativas à aprovação do Projeto Básico ou elementos técnicos instrutores, além do cronograma físico-financeiro, estão detalhados na seção 9 deste documento, relativa ao Regime de Execução do objeto.

DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

5.10. Após a formalização da Ata de Registro de Preços e Ordem de Serviço, de acordo com a demanda da Defensoria Pública do Estado do Paraná e dentro do período de vigência do ajuste, a empresa será convocada para assinar o Termo de Contrato, referente aos serviços a serem prestados.

5.10.1. Para cada lote desta licitação, não serão firmados contratos simultâneos, de forma que novas contratações somente serão realizadas após a conclusão do contrato anteriormente firmado.



5.11. A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.12. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.

5.13. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.

5.14. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.

5.15. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

5.16. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná e vigorará por 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma do artigo 111 da Lei n.º 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O gestor e o fiscal do contrato serão designados pela Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios.

6.1.1. O fiscal do contrato será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, dentre as pessoas que compõem a sua equipe.

6.2. O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto serão realizados pela CONTRATANTE, através do fiscal de contrato.

6.3. A responsabilidade pela gestão e fiscalização deste contrato caberá aos(às) servidores(as) designados(as), os(as) quais serão responsáveis pelas atribuições definidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no Anexo XII da Resolução DPG n.º 375/2023, a fim de exigir o cumprimento de todos os itens desta contratação, de acordo com as normas técnicas e especificações.

6.4. A qualquer tempo, a fiscalização poderá solicitar, por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.



6.5. A presença da fiscalização para eventual acompanhamento do serviço não diminuirá a responsabilidade técnica e legal da contratada, com relação às soluções adotadas e execução dos serviços.

6.6. A gestão e a fiscalização do contrato, exercidas pela CONTRATANTE, fará a avaliação e controle dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.7. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica e serão expedidas, através do endereço eletrônico: engenharia@defensoria.pr.def.br.

6.8. A CONTRATADA deverá manter número de telefone disponível para contato durante horário comercial, através do qual a fiscalização se reportará acerca de assuntos referentes à execução de serviços, inclusive para aqueles que, por sua natureza, devam ser tratados com o responsável técnico da empresa, o qual deverá imediatamente atender e fornecer todas as informações requisitadas.

6.9. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.

7.2. Acionar, acompanhar e fiscalizar a execução deste ajuste e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

7.3. Manter disponível canal de comunicação para que a CONTRATADA possa encaminhar eventuais dúvidas, a fim de executar o objeto da contratação dentro da qualidade e prazo estipulados pela CONTRATANTE.

7.4. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.5. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.



7.6. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A contratada deverá estar cadastrada no SICAF, para realizar o cadastro, deverá acessar o Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

8.2. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência e na proposta apresentada, observando rigorosamente as boas técnicas, as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis.

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.4. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todo o instrumental, equipamentos de proteção coletiva (EPC's), equipamentos de proteção individuais (EPI's), ferramentas, equipamentos, materiais e mão de obra especializada e necessária para a execução dos serviços.

8.5. O deslocamento da equipe técnica que realizará os serviços, bem como dos equipamentos e instrumentos necessários, são de obrigação exclusiva da CONTRATADA, não incorrendo em ônus adicionais à Defensoria Pública.

8.6. A CONTRATADA deverá observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas técnicas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

8.7. Outras Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), quando compulsórias e aplicáveis ao caso.

8.8. As atividades deverão ser executadas e acompanhadas por um corpo técnico especializado, seguindo-se as normas vigentes e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações normativas.



- 8.9. A CONTRATADA deverá apresentar funcionários devidamente identificados com nome do profissional, sua função e nome da empresa, bem como uma relação de todos os funcionários e profissionais que estejam envolvidos com a execução do objeto, quando da realização dos serviços.
- 8.10. A CONTRATADA ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da contratada, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da contratada.
- 8.11. A CONTRATADA deverá providenciar as devidas licenças necessárias (ambientais ou de construção); quando for o caso.
- 8.12. A contratada deverá executar os serviços contratados de maneira tempestiva, cumprindo os prazos estabelecidos e garantindo o atendimento aos requisitos de qualidade demandados pela CONTRATANTE.
- 8.13. Ao término dos serviços a contratada deverá entregar o local limpo e dar a destinação correta a todo o resíduo gerado pela execução dos serviços, sem ônus para a Defensoria Pública, observando as orientações e legislação vigente de cada município em que o serviço for executado.
- 8.14. A CONTRATADA deverá atender ao Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido no Termo de Referência, garantindo a entrega dos resultados previstos, conforme os critérios de qualidade e prazos estipulados.
- 8.15. A CONTRATADA deverá manter, durante a execução dos serviços e a vigência da Ata de Registro de Preços e dos Termos de Contrato delas decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 8.16. A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações ou questionamentos relacionados à execução do objeto.
- 8.17. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por quaisquer situações decorrentes das suas próprias ações e decisões durante a execução dos serviços.
- 8.18. Durante a execução dos ensaios, se houver qualquer tipo de dano material a bens ou particulares, a CONTRATADA deverá providenciar o ressarcimento.
- 8.19. A CONTRATADA será responsável por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais relacionados à sua equipe, obrigando-se a regularizar e quitar



essas obrigações no prazo devido, garantindo que seus empregados não mantenham vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

8.20. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por quaisquer demandas trabalhistas, cíveis ou penais relacionadas à execução do objeto, sejam elas originárias, conexas ou contingentes.

8.21. A CONTRATADA deverá declarar ciência da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e comprometer-se a adequar seus procedimentos internos para garantir a proteção de dados pessoais fornecidos pela CONTRATANTE.

8.22. Em conformidade com a LGPD, é vedada a utilização de dados pessoais repassados em razão da execução contratual para fins distintos do objeto do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8.23. A CONTRATADA deverá manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações fornecidas, especialmente dados pessoais e sensíveis, sendo proibido o compartilhamento com terceiros, exceto em cumprimento de obrigações legais ou para a execução do contrato.

8.24. A CONTRATADA será responsabilizada administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais em decorrência da execução contratual, em caso de descumprimento da LGPD.

8.25. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9 REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução do presente objeto é empreitada por preço unitário.

9.2. Os serviços da presente contratação serão prestados em duas fases, compostas por cinco etapas, conforme disposto abaixo:

FASE	ETAPA
Fase 1 - Planejamento do serviço.	Etapa 1 - Visita técnica no local em que o serviço será executado.
	Etapa 2 - Análise e aprovação do Projeto Básico ou elementos técnicos instrutores, incluindo cronograma físico financeiro.
Fase 2 - Execução e entrega do Objeto.	Etapa 3 - Execução dos serviços, com fornecimento dos materiais.
	Etapa 4 - Apresentação do Projeto <i>As Built</i>



FASE 1 - PLANEJAMENTO DO SERVIÇO

9.3. Após a formalização da Ata de Registro de Preços, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura emitirá Ordem de Serviço à CONTRATADA, na qual constará o Projeto Básico ou os elementos técnicos instrutores, incluindo-se o orçamento da contratação e cronograma físico-financeiro, dentre outros, de acordo com a complexidade da adequação eletrológica solicitada.

9.3.1. Em relação ao orçamento da contratação, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura promoverá ajustes no BDI proposto pela CONTRATADA, nos termos do item 1.3.6. deste documento, de forma a incidir a alíquota exata de ISS correspondente ao município no qual serão prestados os serviços.

9.4. A CONTRATADA deverá analisar a documentação constante na Ordem de Serviço, a fim de verificar se todas as informações necessárias para compreender o objeto de adequação estão presentes.

9.5. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá até 02 (dois) dias úteis para agendar reunião, presencial ou virtual, com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura para dirimir dúvidas e receber instruções adicionais acerca da forma como o serviço deverá ser executado, de acordo com as características do imóvel que receberá as adequações.

9.5.1. A reunião deverá ser realizada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis do recebimento da Ordem de Serviço.

ETAPA 1 - VISITA TÉCNICA NO LOCAL

9.6. Após a reunião de que trata o item 9.5. deste documento, a CONTRATADA deverá realizar a visita técnica no local de execução do objeto contratual em até 05 (cinco) dias úteis, a fim de verificar, *in loco*, as condições necessárias para a prestação dos serviços.

9.6.1. O prazo para a visita técnica poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e requerido de forma tempestiva pela CONTRATADA, em documento encaminhado à Diretoria de Engenharia e Arquitetura, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo.

9.6.2. Caso haja a necessidade de mais de uma visita técnica, a CONTRATADA deverá requerer à Diretoria de Engenharia e Arquitetura quando da reunião inicial de que trata o item 9.5. deste documento ou em até 01 (um dia) útil após a primeira visita realizada ao imóvel, incidindo o prazo previsto no item 9.6.1., caso aprovada a nova visita.

9.7. A data e horário da visita técnica serão definidos pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, a fim de evitar ou minimizar eventuais interrupções dos serviços institucionais e serão formalizados por correspondência eletrônica à CONTRATADA,



contendo, ainda os dados do servidor público responsável pelo acompanhamento dos profissionais da CONTRATADA que farão a visita técnica.

9.8. Em resposta ao agendamento realizado pela Defensoria Pública, a CONTRATADA deverá fornecer, em até 01 (um) dia antes da realização da visita técnica, o nome e dados de identificação dos profissionais que irão até o local, os quais deverão estar devidamente identificados com crachá, uniforme ou equivalente, além de documento oficial com foto.

9.9. No caso de a visita não ser possível na data e horário previstos, a CONTRATADA deverá comunicar com, no mínimo, 02 (duas) horas de antecedência a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, com sugestão de nova data e horário, de acordo com os prazos estabelecidos neste documento.

9.9.1. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura avaliará e confirmará a data da nova visita, sem prejuízo de apuração, caso não haja motivo relevante para a remarcação.

9.10. Nos casos em que forem necessárias novas visitas técnicas durante a etapa de aprovação do Projeto Básico ou documento equivalente, incluindo-se o cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA deverá requerer a visita formalmente à Diretoria de Engenharia e Arquitetura, adotando-se as demais disposições desta seção.

9.10.1. As visitas técnicas que ocorrerem durante a etapa de aprovação do Projeto Básico ou documento equivalente não suspenderão os prazos previstos para a conclusão desta etapa.

ETAPA 2 - APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

9.11. A CONTRATADA deverá aprovar o Projeto Básico ou documento equivalente, conforme prazos estabelecidos abaixo, a contar da primeira visita técnica ao local:

TOTAL DE PONTOS ELÉTRICOS OU LÓGICOS	PRAZO	PRAZO PRORROGADO
Faixa 1 - Até 20 (vinte) pontos elétricos/lógicos.	2 (dois) dias úteis.	4 (quatro) dias úteis.
Faixa 2 - De 21 (vinte e um) a 50 (cinquenta) pontos elétricos/lógicos.	5 (cinco) dias úteis.	8 (oito) dias úteis.
Faixa 3 - De 51 (cinquenta e um) a 100 (cem) pontos elétricos/lógico.	9 (nove) dias úteis.	12 (doze) dias úteis.
Acima de 100 (cem) pontos elétricos/lógicos.	Composição, conforme prazos anteriores. Exemplo: Para 215 (duzentos e quinze) pontos elétricos/lógicos, será considerada duas vezes a Faixa 3 e uma vez a Faixa 1, totalizando 20 (vinte) dias úteis. A mesma lógica se aplica para a estipulação do prazo prorrogado.	



9.11.1. Nos casos em que seja necessária a realização de serviços na entrada de energia elétrica do imóvel a ser adequado, haverá a adição de 02 (dois) dias úteis para a aprovação do Projeto Básico ou documento equivalente.

9.11.2. A prorrogação do prazo para a aprovação do Projeto Básico ou documento equivalente, quando necessária, deverá ser formalmente solicitada à Diretoria de Engenharia e Arquitetura de forma motivada e tempestiva, a qual decidirá pelo cabimento na dilação do prazo.

9.12. A aprovação do Projeto Básico ou documento equivalente deverá ser encaminhada por ofício ao fiscal do contrato, em meio digital, assinado digitalmente pelo responsável técnico da CONTRATADA.

9.13. Caso a CONTRATADA requeira alteração nos documentos apresentados pela Defensoria Pública, deverá encaminhar ofício motivado e assinado pelo responsável técnico da CONTRATADA, contendo, ainda, documentos técnicos em formato editável (dwg, xls, entre outros), que indiquem as alterações solicitadas.

9.14. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura decidirá sobre eventuais alterações no Projeto Básico ou documentos equivalentes e retornará à CONTRATADA.

9.14.1. Caso a Diretoria de Engenharia e Arquitetura decida pela alteração do Projeto Básico ou documento equivalente, a CONTRATADA deverá se manifestar no prazo previsto na Tabela constante no item 9.11, de acordo com a proporção de pontos a serem alterados.

9.14.2. No caso de alteração somente do cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA terá até 02 (dois) dias úteis para se manifestar.

9.15. Após a aprovação do Projeto Básico ou do elemento técnico instrutor, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura irá solicitar a formalização do Termo de Contrato relativo aos serviços.

FASE 2 - EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

9.16. A execução do objeto da presente contratação terá início na data de publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

9.16.1. Antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica para o objeto da contratação.

9.17. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios informará a CONTRATADA sobre o início da vigência contratual, e a Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios fornecerá os dados de contato do Gestor e do



Fiscal do Contrato, que serão responsáveis por acompanhar a execução das entregas relacionadas ao objeto contratado.

ETAPA 3 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.18. O Termo de Contrato terá como Anexo o Projeto Básico ou documento equivalente devidamente aprovado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura e indicará a data de início da execução dos serviços, observando os prazos abaixo:

TOTAL DE PONTOS ELÉTRICOS OU LÓGICOS	PRAZO ENTRE A APROVAÇÃO DO PROJETO E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
Faixa 1 - Até 20 (vinte) pontos elétricos/lógicos.	Entre 5 (cinco) e 10 (dez) dias úteis.
Faixa 2 - De 21 (vinte e um) a 50 (cinquenta) pontos elétricos/lógicos.	Entre 10 (dez) e 15 (quinze) dias úteis.
Faixa 3 - De 51 (cinquenta e um) a 100 (cem) pontos elétricos/lógico.	Entre 15 (quinze) e 20 (vinte) dias úteis.
Acima de 100 (cem) pontos elétricos/lógicos.	Entre 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) dias úteis.

9.18.1. O período entre a formalização do Termo de Contrato e o início dos serviços servirá para que a Defensoria Pública possa preparar o local que receberá as adequações e promover a devida comunicação com os usuários dos serviços institucionais, bem como que a CONTRATADA possa se preparar para sua execução.

9.18.2. A CONTRATADA, durante esse período, poderá alocar os materiais que serão utilizados na execução do objeto, desde que haja viabilidade no local, e mediante requerimento endereçado ao fiscal do contrato, que decidirá sobre o pedido.

9.19. O prazo de início da execução dos serviços poderá ser prorrogado em casos de fatos supervenientes ou casos fortuitos, desde que devidamente comprovados, e solicitados formalmente pela CONTRATADA, de maneira justificada e tempestiva, ao fiscal do contrato, que decidirá sobre o pedido.

9.20. A CONTRATADA deverá executar os serviços, observando os prazos abaixo:

TOTAL DE PONTOS ELÉTRICOS OU LÓGICOS	PRAZO	PRAZO PRORROGADO
Faixa 1 - Até 20 (vinte) pontos elétricos/lógicos.	12 (doze) dias úteis.	15 (quinze) dias úteis.
Faixa 2 - De 21 (vinte e um) a 50 (cinquenta) pontos elétricos/lógicos.	20 (vinte) dias úteis.	25 (vinte e cinco) dias úteis.
Faixa 3 - De 51 (cinquenta e um) a 100 (cem) pontos elétricos/lógico.	25 (vinte e cinco) dias	35 (trinta e cinco) dias úteis.



	úteis.	
Acima de 100 (cem) pontos elétricos/lógicos.	Composição, conforme prazos anteriores. Exemplo: Para 215 (duzentos e quinze) pontos elétricos/lógicos, será considerada duas vezes a Faixa 3 e uma vez a Faixa 1, totalizando 62 (sessenta e dois) dias úteis. A mesma lógica se aplica para a estipulação do prazo prorrogado.	

9.20.1. Nos casos em que seja necessária a realização de serviços na entrada de energia elétrica do imóvel a ser adequado, haverá a adição de 05 (cinco) dias úteis no prazo total para a execução dos serviços.

9.20.2. A prorrogação do prazo para a execução dos serviços, quando necessária, deverá ser formalmente solicitada à Diretoria de Engenharia e Arquitetura de forma motivada e tempestiva, a qual decidirá pelo cabimento na dilação do prazo.

9.21. A execução dos serviços deverá observar a lógica que cause o menor impacto possível à continuidade do serviço público, de forma que, sempre que possível, esse não seja interrompido.

9.22. A CONTRATADA deverá comunicar a conclusão dos serviços formalmente ao fiscal do contrato, indicando-se sobre a necessidade ou não de apresentação de projeto *as built*.

9.22.1. O prazo para a execução dos serviços somente será considerado concluído com a entrega do imóvel ao servidor público responsável pela unidade em que foram prestados, desde que devidamente limpos, desobstruídos e sem resquícios de materiais, equipamentos, entre outros.

ETAPA 4 - APRESENTAÇÃO DO PROJETO AS BUILT

9.23. A CONTRATADA deverá, quando necessário, apresentar o projeto *as built* em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação de término dos serviços executados, juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica.

9.24. O projeto *as built* deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, em meio digital, em arquivos editáveis e arquivos assinados digitalmente pelo responsável técnico da CONTRATADA.

ETAPA 5 - ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL

9.25. A entrega do objeto contratual será contado a partir da data de comunicação de conclusão dos serviços, nos termos do item 9.22. deste documento ou da apresentação do projeto *as built*, conforme item 9.23. deste documento.

9.26. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura deverá vistoriar o local, em conjunto com a CONTRATADA, em até 08 (oito) dias úteis da entrega do objeto.



9.27. Nos casos de rejeição integral ou parcial dos serviços realizados, a CONTRATADA será notificada para refazimento, nos termos do item 9.30. e ss deste documento.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

9.28. O recebimento do objeto observará os seguintes procedimentos e prazos:

9.28.1. Após a vistoria para entrega do objeto, a CONTRATADA deverá encaminhar o documento de cobrança e os documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação aplicável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

9.28.2. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, caso se verifique que o objeto entregue atende a todos os itens de especificações técnicas estabelecidos no Termo de Referência, mediante termo circunstanciado, no prazo limite de até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento dos documentos de que trata o item anterior.

9.29. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato em até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório.

9.29.1. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento pela CONTRATADA de todas as suas obrigações assumidas, dentre as quais se incluem a apresentação dos documentos pertinentes, conforme descrito anteriormente.

9.29.2. Na ocorrência de se verificar alguma inconsistência nos documentos enviados pela CONTRATADA, o prazo de recebimento será interrompido e recomeçará a contar do zero a partir da regularização da pendência.

9.29.3. Os recebimentos provisório ou definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto.

9.29.4. O objeto prestado será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência, salvo se de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

DO REFAZIMENTO



9.30. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir o objeto que apresentar quaisquer divergências com as condições estipuladas, bem como realizar possíveis adequações necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE, de acordo com o Termo de Referência.

9.31. Em caso de rejeição total ou necessidade de adequação em mais de 25% (vinte e cinco por cento) do serviço e/ou materiais aplicados ou do Projeto *As Built*, medidos pelo número de pontos elétricos/lógicos a serem refeitos ou alterados, a CONTRATADA deverá refazer os documentos ou serviços/materiais rejeitados e os reapresentar ao fiscal do contrato em até 30% (trinta por cento) do prazo originalmente previsto para a atividade correspondente, sem possibilidade de prorrogação.

9.31.1. Na hipótese de ocorrência da situação descrita no item anterior, o fiscal do contrato enviará relatório detalhado à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios para instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual e anotação de ocorrência, conforme Índice de Medição de Resultados, para fins de pagamento.

9.32. Nos casos em que houver a necessidade de adequação de até 25% (vinte e cinco por cento) do serviço e/ou materiais aplicados ou do Projeto *As Built*, medidos pelo número de pontos elétricos/lógicos a serem refeitos ou alterados, a CONTRATADA deverá refazer os documentos ou serviços/materiais rejeitados e os reapresentar ao fiscal do contrato em até 20% (vinte por cento) do prazo originalmente previsto para a atividade correspondente, sem possibilidade de prorrogação.

9.32.1. Na hipótese de ocorrência da situação descrita no item anterior, o fiscal do contrato enviará relatório detalhado à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios para anotação de ocorrência, conforme Índice de Medição de Resultados, para fins de pagamento.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A CONTRATADA, caso incorra em infrações cometidas durante o procedimento de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.



10.1. A aplicação dos percentuais e os demais procedimentos relativos à imposição de penalidades por descumprimento de obrigação legal e/ou por atraso ou descumprimento de obrigação estabelecida (inexecução total ou parcial do objeto), previstas na Lei nº 14.133/2021, observará o devido processo legal (contraditório e ampla defesa prévios).

10.2. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

10.2.1. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

10.2.2. Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

10.2.3. Em caso de conduta que prejudique o andamento da contratação.

10.2.4. Para os fins da Cláusula 18.3.3, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente a execução do contrato, bem como que não causem prejuízos à Administração Pública.

10.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

10.3.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.3.2. Der causa à inexecução total do contrato;

10.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.3.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.3.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.3.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



10.3.10. Afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

10.3.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

10.3.13. receber condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

10.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

10.5. Para os fins das Cláusulas 10.4 e 10.5, considera-se inexecução total do contrato:

10.5.1. A recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

10.5.2. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar ata de registro de preços ou contrato ou em aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no Termo de Referência e/ou no Instrumento Convocatório.

10.6. Configuradas uma ou mais hipóteses previstas nas Cláusulas 10.3, 10.4 e 10.5, devem ser observados os seguintes procedimentos:

10.6.1. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para apresentar justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, que contemple os motivos para o descumprimento legal ou contratual.

10.6.2. A justificativa apresentada pela CONTRATADA será analisada pelo fiscal do contrato, que, fundamentadamente, deverá apresentar manifestação e submetê-la à análise e decisão da autoridade competente da CONTRATANTE.

10.6.3. Preliminarmente à instauração do processo para apuração da responsabilidade, a CONTRATANTE poderá conceder prazo máximo de 10 (dez) dias para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

10.6.4. Rejeitadas as justificativas e/ou não realizadas as eventuais adequações, o setor competente submeterá as respectivas razões à autoridade máxima da CONTRATANTE para que esta decida sobre a instauração de processo para a apuração de responsabilidade.

10.6.5. A autoridade máxima da CONTRATANTE, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa,



dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral do Estado, para atuação no âmbito das respectivas competências.

10.7. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar obsta a pessoa jurídica ou física sancionada de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. A aplicação, por qualquer ente da Federação, da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impede a pessoa jurídica ou física sancionada de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.9. Estendem-se os efeitos das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar e contratar:

10.9.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

10.9.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas a Cláusula 10.10.1.

10.10. A sanção de multa não terá percentual inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou da ata de registro de preços licitados ou contratados.

10.10.1. A multa recairá sobre a parcela em que houve inadimplemento por parte da Adjudicatária ou da CONTRATADA.

10.10.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente, caso a Adjudicatária ou a CONTRATADA se recuse a quitá-la.

10.10.3. Aplicada a sanção de multa, o valor respectivo poderá ser descontado de montantes eventualmente devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA decorrentes de outros contratos firmados entre as partes.

10.10.4. A multa tem por escopo ressarcir a CONTRATANTE dos prejuízos causados, não eximindo a Licitante, a Adjudicatária ou a CONTRATADA do dever de integral indenização caso a referida sanção pecuniária seja insuficiente à recomposição total do dano experimentado.



10.10.5. Nos casos de simples atraso no fornecimento de objetos, a multa deve ser calculada da seguinte forma: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até um máximo de 20% (vinte por cento) do valor da formalização da solicitação de fornecimento (contrato ou ordem de fornecimento).

10.10.6. A multa será recolhida no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da intimação do infrator acerca da decisão administrativa definitiva.

10.10.7. O não pagamento da multa no prazo estabelecido sujeita o infrator a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

10.10.8. As multas serão corrigidas monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, tendo como termo inicial a data da decisão que quantificou o valor da multa.

10.10.9. A base de cálculo para a multa será o valor da contratação vigente à época do fato reajustado até a data da aplicação da penalidade pela variação do índice previsto neste contrato, na Ata de Registro de Preços, no Instrumento Convocatório ou em outro instrumento representativo do acordo contratual ou, ainda, em outro instrumento que venha a substituí-lo, entendida a aplicação como o ato da Defensoria Pública-Geral que estabelece a sanção.

10.10.10. Inexistindo índice contratual, será utilizado o INPC ou outro que venha a substituí-lo.

10.10.11. Para os meses em que ainda não houver divulgação do índice de correção monetária utilizado, a correção monetária a ser considerada por mês ou fração de mês é o valor da expectativa mediana para o IPCA no ano corrente constante na última publicação do “Focus – Relatório de Mercado”, do Banco Central do Brasil, dividido por 12 (doze).

10.10.12. A correção monetária e os juros de mora serão devidos inclusive durante o período em que a respectiva cobrança houver sido suspensa por decisão administrativa ou judicial.

10.10.13. A multa pode ser aplicada à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

10.10.13.1. A decisão pela aplicação da multa de maneira isolada ou cumulativa à outra sanção deve ponderar a gravidade da conduta; a existência de dolo ou culpa grave do/a infrator/a; o prejuízo para o erário ou para o bom funcionamento do serviço



público; a reincidência do/a infrator/a; e a presença de circunstâncias agravantes ou atenuantes.

10.11. O atraso injustificado na execução contratual sujeitará a CONTRATADA à multa de mora.

10.11.1. A aplicação de multa moratória não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.12. O cometimento de mais de uma infração em um mesmo processo de contratação ou em uma mesma relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível mais grave entre elas, ou, se iguais, a somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

10.12.1. Não se aplica a regra prevista na Cláusula 10.13 se já houver ocorrido o julgamento ou se, pelo estágio processual, a avaliação conjunta dos fatos for inconveniente.

10.12.2. O disposto na Cláusula 10.13 não afasta a possibilidade de aplicação da penalidade de multa cumulativamente à sanção mais grave.

10.13. Constatada qualquer conduta da CONTRATADA passível de punição, o fiscal do contrato da CONTRATANTE comunicará o fato ao gestor do contrato, para ciência e providências correlatas.

10.13.1. A comunicação do fiscal do contrato a que se refere a Cláusula 10.14 conterá, no mínimo, os seguintes requisitos: a descrição dos fatos ocorridos; as inconsistências entre o que estava contratado e o que efetivamente foi realizado ou entregue; as informações sobre as tentativas de solucionar o problema; e todos os documentos necessários à comprovação dos fatos narrados.

10.14. Na aplicação das sanções, a CONTRATANTE deve observar os seguintes parâmetros:

10.14.1. São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração, aumentando em 0,5% (meio por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 10% (dez por cento):

10.14.1.1. quando restar comprovado que a CONTRATADA tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS/CFPR) e/ou no Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na legislação



vigente nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

10.14.1.2. quando a infração for cometida afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;

10.14.1.3. quando a infração for cometida causando danos à propriedade alheia.

10.14.2. São circunstâncias que sempre atenuam a penalidade, diminuindo em 0,5% (meio por cento) de sua pena-base, para cada atenuante, até o limite de 10% (dez por cento):

10.14.2.1. o baixo grau de instrução ou escolaridade da CONTRATADA pessoa física ou responsável pela Eireli;

10.14.2.2. a reparação espontânea do dano ou sua limitação significativa;

10.14.2.3. a comunicação prévia, pelo infrator, acerca do risco de danos a bens, pessoas e serviços.

10.15. A aplicação das sanções previstas não impede a instauração de procedimento administrativo por eventual violação ao disposto na Lei nº 12.846/2013.

10.16. O procedimento que visa à aplicação das sanções deverá observar as disposições estabelecidas na Deliberação CSDP nº 043/2023.

10.17. Nos casos não previstos no Termo de Referência, no Instrumento Convocatório e neste Termo de Contrato, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Deliberação CSDP nº 043/2023.

10.18. Sem prejuízo das sanções previstas nas cláusulas do presente instrumento, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da licitação e nos contratos ou vínculos derivados, deve observar o disposto na Lei nº 12.846/2013 e no regulamento vigente no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

10.19. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS/CFPR).

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

11.1. A fim de se garantir um bom desempenho das atividades contratadas e o atendimento dos objetivos estabelecidos para o objeto da contratação, será adotado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Tabela 1 do Apêndice XI.



11.2. Em caso de descumprimento dos critérios supracitados, a Defensoria Pública realizará desconto no pagamento, conforme análise combinada da tabela 01 e 02 do Apêndice XI.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE/PR quaisquer custos adicionais.

12.2. Para efeitos de faturamento e pagamento, a medição dos serviços prestados será após a conclusão de cada objeto contratual ou execução de Ordem de Serviço.

12.2.1. Nos casos em que o objeto do contrato ultrapassar a instalação, adequação e/ou remoção de mais de 200 (duzentos) pontos elétricos e/ou lógicos, poderá haver o faturamento e pagamento intermediários, relativos a, até, 30% (trinta por cento) do valor contratado, desde que solicitado pela CONTRATADA e atendidos os critérios de medição disciplinados neste documento.

12.3. Observadas as etapas de execução, o quantitativo e o preço, bem como o recebimento definitivo do objeto, os pagamentos observarão a ordem cronológica, que serão efetuados na forma de depósito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do objeto.

12.4. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ;

12.5. Para a liberação do pagamento, o gestor do contrato encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Coordenadoria de Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.6. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

12.6.1. Na hipótese anterior, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.



12.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.8. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE/PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-DI/FGV.

12.10. A Coordenadoria de Finanças fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.11. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

13. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **01/04/2025 a 01/04/2026**.

13.1.1. Considera-se como a data do orçamento estimado o primeiro dia de vigência da Tabela SECID usada como referência para essa contratação.

13.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante requerimento pela CONTRATADA e aplicação da variação do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC - acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

13.2.1. Os valores resultantes de reajuste terão efetiva aplicação exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



13.2.2. Os valores resultantes de reajuste terão, sempre, no máximo, quatro casas decimais.

13.3. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 13.1, qual seja, [XX/XX/XXXX].

13.4. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, deve ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

13.5. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste visando evitar acumulação injustificada de valores.

13.6. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até 90 (noventa) dias após a constituição do direito.

DA REVISÃO

13.7. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

13.8. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, bem como da aprovação da autoridade competente, observando-se ainda:

13.8.1. a eventual aplicação de reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores;

13.8.2. o máximo de quatro casas decimais para os valores resultantes.

13.9. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser requerido pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

13.10. O requerimento de revisão contratual, devidamente instruído, deverá ser endereçado mediante ofício à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado via-email para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios (CFIS): fiscalizacao@defensoria.pr.def.br.

13.11. As comunicações e documentações remetidas via e-mail somente serão consideradas recebidas após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

13.12. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até 120



(cento e vinte) dias, contados da data do recebimento do pedido, nos termos do item 13.10.

13.12.1. Se constatada a necessidade de que a CONTRATADA complemente a documentação que instrui a solicitação de revisão contratual, o prazo previsto na Cláusula 13.12 será interrompido até sua apresentação.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. De acordo com os Art. 361 e 362 do Decreto Estadual no 10086, de 17 de janeiro de 2022, para aquisição de bens e serviços, as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber.

15.2. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

15.3. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

15.4. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

15.5. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

15.6. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

15.7. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

15.8. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados; e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

15.9. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

15.10. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

15.11. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



15.12. Também deverão ser observados, no que couber, os preceitos da Lei Estadual nº 20.607/2021.

15.13. Fornecer treinamento aos funcionários a fim de que sejam adotadas as seguintes providências, sempre que cabíveis:

15.14. Recolher os resíduos descartados, de forma seletiva, de acordo com a legislação de cada município em que os serviços forem prestados, e atentar às formas de redução da geração dos resíduos e destinação dispostos no Plano Estadual de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos do Paraná, e demais leis e normas existentes;

15.15. Evitar em suas atividades, o desperdício e a geração de resíduos sem reaproveitamento, tais como excesso de embalagens, entre outros;

15.16. Otimizar o transporte de equipamentos e/ou funcionários para redução de gastos e impacto ambiental;

15.17. Utilizar equipamentos e/ou materiais que visem minimizar os impactos ambientais.

15.18. Caso da utilização de equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento, cabe à CONTRATADA observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel – dB (A), conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo às saúdes física e mental, afetando particularmente a audição

15.19. A CONTRATADA deverá adotar para execução dos serviços, as práticas ambientalmente sustentáveis, em acordo com o Art. 3º da Constituição Federal de 1988, conforme o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República; Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010; Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, tal como as demais legislações vigentes nas esferas municipal, estadual e federal não citados.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Resolução DPG nº 375/2023 e anexos (Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos), Deliberação CSDP nº 043, de 04 de dezembro de 2023 (Disciplina a aplicação de sanções administrativas e



cobrança de débitos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná) ou a que vier a substituí-la, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPG no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), bem como demais normas federais, e subsidiariamente, as normas e princípios gerais dos contratos.

16.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

17. FORO

17.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

APÊNDICE I DETALHAMENTO TÉCNICO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

1. Descrição dos Serviços:

1.1. Serviços de Instalação em Geral:

1.1.1. Os serviços de instalação em geral abrangem as seguintes atividades:

- 1.1.1.1. Instalação e remoção de forro de gesso, drywall, madeira e fibromineral;
- 1.1.1.2. Executar furos em paredes de alvenaria e lajes com equipamentos adequados;
- 1.1.1.3. Executar demolições de alvenaria;
- 1.1.1.4. Pequenos serviços em divisórias e vidros;
- 1.1.1.5. Instalar eletrocalhas e/ou bandejas metálicas com acessórios;
- 1.1.1.6. Instalar eletrodutos, rígidos e flexíveis e acessórios;
- 1.1.1.7. Instalar canaletas de PVC e acessórios;
- 1.1.1.8. Recompôr as partes de alvenaria danificadas;
- 1.1.1.9. Recolocar o forro retirado e recuperar o gesso danificado, inclusive fazendo acabamento com massa e lixa;
- 1.1.1.10. Quando as instalações forem feitas em locais que tenha forro de gesso, deverá ser feita tampa de visita com 40x40cm e acabamento em alumínio, em todos os pontos de derivação.
- 1.1.1.11. Montar as divisórias retiradas e requadrar os furos;
- 1.1.1.12. Recolocar os vidros retirados;
- 1.1.1.13. Execução de emassamento e pintura;
- 1.1.1.14. Retirar o entulho proveniente dos serviços;
- 1.1.1.15. Executar limpeza nos locais afetados pelos serviços.
- 1.1.1.16. Instalação e remoção portas e janelas;
- 1.1.1.17. Instalação e remoção de rodapés;
- 1.1.1.18. Instalação e remoção de divisórias tipo Drywall;



1.1.2. Estas instalações deverão ser feitas com o máximo esmero e ótimo acabamento, utilizando-se dos materiais de instalação especificados e acessórios como curvas, abraçadeiras, suportes, espaçadores, terminações e outros, que sejam adequados, não sendo aceitos componentes improvisados.

1.1.3. Os cabos deverão ser protegidos fisicamente em toda sua extensão, utilizando-se de um ou mais materiais de instalação, não devendo ser instalados expostos.

1.1.4. Todos os materiais de instalação deverão ser firmemente fixados nas estruturas de suporte, formando conjuntos mecânicos rígidos e livres de deslocamento pela simples operação.

1.1.5. Todos os materiais de proteção física dos cabos deverão ser dimensionados com fator de utilização máximo de 40%.

1.1.6. Quando forem utilizados eletrodutos para proteção dos cabos, as instalações deverão possuir caixas de passagens com distâncias máximas entre si de 12m.

1.1.7. Todas as curvas a serem utilizadas não poderão em hipótese alguma ter ângulo inferior a 90°.

1.1.8. Todas as conexões entre eletrodutos flexíveis e calhas metálicas deverão ser feitas por boxes de alumínio, com buchas e arruelas.

1.1.9. Nas interfaces entre os eletrodutos sobre o forro e as canaletas nas paredes, deverão ser utilizadas, caixas de PVC de 75x75mm e boxes de alumínio, com buchas e arruelas.

1.1.10. Todos os materiais empregados deverão ser novos, não sendo aceitos materiais reutilizados de qualquer espécie.

1.2. Divisória Drywall

1.2.1. Paredes em gesso acartonado de espessura total de 95mm, com estrutura simples e uma camada de chapa em cada face ou em uma das faces, conforme solicitação projetual, compostas por chapas de gesso Standart com espessura de 12.5mm, com tolerância de ± 0.5 mm;

1.2.2. Perfis metálicos em aço galvanizado de 70 mm, com espessura mínima da chapa de 0,50mm e revestimento galvanizado mínimo Classe Z 275, espaçados a cada 400mm ou 600mm;

1.2.3. A fixação dos perfis metálicos nos elementos construtivos podem ser realizada com as seguintes peças:

1.2.3.1. Buchas plásticas e parafusos com diâmetro mínimo de 6mm;

1.2.3.2. Rebites metálicos com diâmetro mínimo de 4mm;

1.2.3.3. Fixações à base de “tiros” com pistolas específicas para esta finalidade;

1.2.3.4. Em casos específicos a fixação das guias pode ser feita com adesivos especiais.

1.2.4. Os parafusos a serem utilizados para fixação dos componentes dos sistemas drywall devem fixar todas as camadas e ultrapassar o perfil metálico em pelo menos 10mm; o comprimento dos parafusos que fixam os perfis metálicos entre si devem ultrapassar o último elemento metálico no mínimo em três passos de rosca; para fixação dos perfis metálicos entre si, utilizar parafuso lenticilha ou panela, para fixação das chapas de gesso sobre os perfis metálicos, utilizar parafuso trombeta (parafuso para Drywall);

1.2.5. O tratamento das juntas entre as chapas e o tratamento no encontro com as alvenarias e os tetos deverão ser feitos com fita e massa próprias para drywall, que,



além de propiciarem acabamento a essas regiões, complementam a rigidez do sistema evitando trincas;

1.3. Reforços em Paredes Drywall Existentes

1.3.1. Metálico: Perfil guia, formatu U, em aço zincado, para estrutura de parede Drywall, E= 0,5mm, 70 X 3000MM (LXC).

1.3.2. Madeira: Tábua aparelhada 2,5 x 25cm, em Macaranduba/Massaranduba, angelim ou equivalente da região;

1.3.3. Fornecimento e instalação, deverão estar incluídos todos os materiais para a completa instalação deste item.

1.4. Rodapés

1.4.1. Fornecimento e instalação, incluindo todos os insumos necessários para a instalação de rodapé em poliestireno, na cor Branco, com altura de 5 cm e espessura de 1,5cm.

1.5. Janelas

1.5.1. Fixa:

1.5.1.1. Janela fixa de alumínio em perfil 20, com batente/requadro de 3 a 14cm, com vidro 4mm.

1.5.1.2. Acabamento na cor branca com pintura eletrostática

1.5.1.3. Fornecimento e instalação, deverão estar incluídos todos os materiais para a completa instalação deste item.

1.5.2. 2 Folhas:

1.5.2.1. Janela de correr em alumínio anodizado perfil 25. Duas folhas móveis, sem bandeira, batente de 6 a 7 cm, com vidro de 4mm;

1.5.2.2. Acabamento na cor branca com pintura eletrostática;

1.5.2.3. Fornecimento e instalação, deverão estar incluídos todos os materiais para a completa instalação deste item.

1.6. Contramarco

1.6.1. Contramarco de alumínio, perfil 25 para esquadrias, tipo convencional/cadeirinha, 60 mm (CM-060), inclusos conexões, grapas e travamentos.

1.6.2. Fornecimento e instalação, deverão estar incluídos todos os materiais para a completa instalação deste item.

1.7. Portas

1.7.1. Portas simples – Acabamento melamínico/laqueada:

1.7.1.1. Fornecimento e instalação de porta lisa completa, nas dimensões solicitadas (60cm x 2,10cm/80cm x 2,10cm/90cm x 2.10cm), em madeira;

1.7.1.2. Com fechadura (miolo tipo chave YALE) completa e dobradiças;

1.7.1.3. Com caixilho em madeira;

1.7.1.4. Acabamento melamínico, laqueado na cor branca;

1.7.1.5. Com vistas/alizar maciças em madeira, nas dimensões 1,5 x 5,0 cm nos dois lados;

1.7.2. Portas simples – Acabamento liso para pintura

1.7.2.1. Fornecimento e instalação de porta lisa completa, nas dimensões solicitadas (60cm x 2,10cm/80cm x 2,10cm/90cm x 2.10cm), em madeira;

1.7.2.2. Com fechadura (miolo tipo chave YALE) completa e dobradiças;

1.7.2.3. Com caixilho em madeira;

1.7.2.4. Acabamento pronto para receber pintura;

1.7.2.5. Com vistas/alizar maciças em madeira, nas dimensões 1,5 x 5,0cm nos dois lados;

1.7.3. Porta de abrir com mola hidráulica 01 (uma) folha de 90cm X 210cm



- 1.7.3.1. Fornecimento e instalação de porta em vidro temperado na coloração a ser indicada para porta de abrir. Vidro com espessura de 10mm;
- 1.7.3.2. Conjunto completo de ferragens para porta de vidro, cromado ou em preto fosco:
 - 1.7.3.2.1. Fechadura com miolo de máquina, cilindro central e chaves simples;
 - 1.7.3.2.2. Contra fechadura (batedeira);
 - 1.7.3.2.3. Dobradiça pivotante superior e dobradiça pivotante inferior;
 - 1.7.3.2.4. Dois pivôs e todos os parafusos necessários;
- 1.7.3.3. Mola hidráulica de piso, para portas de até 1100mm e peso de até 120Kg, com corpo em aço inox.
- 1.7.4. Porta de abrir com mola hidráulica 02 (duas) folhas de 90cm X 210mm
- 1.7.4.1. Fornecimento e instalação de porta em vidro temperado na coloração a ser indicada para porta de abrir. Vidro com espessura de 10mm;
- 1.7.4.2. Conjunto completo de ferragens para as portas de vidro, cromado ou em preto fosco:
 - 1.7.4.2.1. Fechadura com miolo de máquina, cilindro central e chaves simples;
 - 1.7.4.2.2. Contra fechadura (batedeira);
 - 1.7.4.2.3. Dobradiças pivotantes superiores e dobradiças pivotantes inferiores;
 - 1.7.4.2.4. Pivôs e todos os parafusos necessários;
- 1.7.4.3. Molas hidráulicas de piso, para portas de até 1100mm e peso de até 120Kg, com corpo em aço inox.
- 1.8. Forros e acabamentos para forro:**
- 1.8.1. Em Drywall:**
 - 1.8.1.1. Placa/Chapa de gesso acartonado, Standard (ST), cor branca, E= 12,5mm, 1200 X 2400 MM (LXC);
 - 1.8.1.2. Perfil canaleta, formato C, em aço zincado, para estrutura forro Drywall, E = 0,5mm, 46 X 18 (LXH), comprimento 3 m.
 - 1.8.1.3. Pendural ou presilha reguladora, em aço galvanizado, com corpo, mola e rebite para perfil tipo canaleta de estrutura em forros Drywall.
 - 1.8.1.4. Os acabamentos para forro em Drywall incluirão Placa/Chapa de gesso acartonado, Standard (ST), cor branca, E= 12,5mm, 1200 X 2400 MM (LXC), perfil cantoneira L, lisa, em aço, 25 X 30mm, E= 0,5mm para estrutura em Drywall, perfil canaleta, formato C, em aço zincado, para estrutura forro Drywall, E = 0,5mm, 46 X 18 (LXH), comprimento 3 m, pendural ou presilha reguladora, em aço galvanizado, com corpo, mola e rebite para perfil tipo canaleta de estrutura em forros Drywall.
 - 1.8.1.5. Deverão ser previstos todos os outros materiais acessórios tanto para os forros quanto para acabamentos, para completa instalação destes itens, por exemplo, fita de papel e reforçada com lâmina de metal, massa para rejunte para tratamento das juntas, parafusos, arames, barras rosqueadas e etc.
- 1.8.2. Em PVC**
 - 1.8.2.1. Forro PVC, frisado, branco, régua de 20 cm, espessura de 8mm a 10mm e comprimento de 6 m;
 - 1.8.2.2. Perfil canaleta, formato C, em aço zincado, para estrutura forro Drywall, E = 0,5mm, 46 X 18 (LXH), comprimento 3 m.
 - 1.8.2.3. Pendural ou presilha reguladora, em aço galvanizado, com corpo, mola e rebite para perfil tipo canaleta de estrutura em forros Drywall;
 - 1.8.2.4. Os acabamentos para forro em PVC incluirão acabamento simples/convencional para forro em PVC, tipo “U” ou “C”, cor branca, comprimento de 6m.



1.8.2.5. Deverão ser previstos todos os outros materiais acessórios tanto para os forros quanto para acabamentos, para completa instalação destes itens, por exemplo, fita de papel e reforçada com lâmina de metal, massa para rejunte para tratamento das juntas, parafusos, arames, barras rosqueadas e etc.

1.8.3. Em fibra mineral

1.8.3.1. Forro em fibra mineral com placas de 625X625mm, E=15mm, borda reta, apoiado em perfil de aço galvanizado com 24mm de base;

1.8.3.2. Forro modulado constituído por painéis de fibra mineral com espessura de 15 ou 16 mm, borda reta para perfis T aparentes, e por sistema estrutural composto por perfis metálicos leves. Painéis fabricados com materiais livres de substâncias tóxicas, com tratamento de fábrica contra fungos e bactérias e pintura látex branca. Resistentes a umidade relativa do ar de até 95%.

Resistência ao fogo: Classe A (NBR 9442). Coeficiente de atenuação sonora (CAC) igual ou superior a 30 dB. Coeficiente de absorção sonora (NRC) de 0,55 até 0,75. Acabamento liso ou com textura.

1.8.3.3. Deverão ser previstos todos os outros materiais acessórios para completa instalação do forro.

1.9. Isolamento com lã de rocha

1.9.1. Isolante acústico em lã de rocha, densidade 32Kg/m³ e espessura de 50mm.

1.10. Serviços de Instalação de Pontos Lógicos:

1.10.1. Os serviços de instalação de pontos lógicos, além de contemplarem o item 1.1, abrangem as seguintes atividades:

1.10.1.1. Instalar Wall boxes e conectores;

1.10.1.2. Instalar Racks;

1.10.1.3. Instalar Patch Panels;

1.10.1.4. Fazer a passagem dos cabos lógicos e/ou telefônicos;

1.10.2. Todas as instalações lógicas deverão ser feitas com no mínimo 20 cm de distância de reatores, motores, cabos condutores de eletricidade e demais equipamentos, materiais ou instalações que possam gerar indução eletromagnética.

1.10.3. Em hipótese alguma deverão ser utilizados para proteção dos cabos de informação lógica os mesmos dutos utilizados para proteção de fios e cabos elétricos.

1.10.4. Os raios de curvatura dos cabos instalados não poderão ser inferiores a 8 (oito) vezes seu diâmetro externo.

1.10.5. Todos os cabos deverão ser identificados nas duas extremidades utilizando-se do sistema de marcação com anilhas e/ou etiquetas apropriadas e códigos de identificação de acordo com a norma NBR 14565:2007 e ANSI/TIA/EIA 606A;

1.10.6. Sempre que possível, além da identificação nos cabos, os conectores de ambas as extremidades deverão ser devidamente identificados com os códigos de identificação de acordo com a norma NBR 14565:2007 e norma ANSI/TIA/EIA 606A;

1.10.7. Na execução dos pontos de rede deverão ser obedecidos todos os procedimentos e critérios estabelecidos, devendo ser previsto o uso de novas tecnologias para tráfego de dados, voz e imagem que possibilitem aos usuários velocidade de transmissão e qualidade dos serviços utilizados na rede.

1.11. Serviços de Instalação de cabos HDMI:

1.11.1. Os serviços de instalação de cabos HDMI abrangem as seguintes atividades:

1.11.1.1. Instalar Wall boxes e conectores;

1.11.1.2. Fazer a passagem dos cabos para conexão de TVs e equipamentos de projeção até o local indicado, conforme descrição enviada pelo DEA;



- 1.11.1.3. Fazer a conectorização do cabeamento;
- 1.11.1.4. Efetuar a validação do funcionamento do cabo HDMI;

1.12. Serviços de Instalação de Pontos Elétricos:

- 1.12.1. Os serviços de instalação de pontos elétricos, além de contemplarem o item 1.1, abrangem as seguintes atividades:
 - 1.12.1.1. Como apoio às instalações de lógica, basicamente:
 - 1.12.1.1.1. Instalar disjuntor exclusivo, quando necessário e possível;
 - 1.12.1.1.2. Instalar tomadas e caixas de PVC, onde necessário (racks e estações de trabalho);
 - 1.12.1.1.3. Fazer a passagem de cabos elétricos;
 - 1.12.1.1.4. Conectar os cabos nas tomadas, nos disjuntores e nos barramentos;
 - 1.12.1.2. Como reparos, manutenção, adequação e ampliação de redes e pontos elétricos:
 - 1.12.1.2.1. Substituir partes danificadas e/ou obsoletas como quadros, tomadas, interruptores, disjuntores, luminárias, caixas, condutores, canaletas, reatores, lâmpadas e outros componentes;
 - 1.12.1.2.2. Desinstalar e instalar pontos elétricos, com ou sem reaproveitamento de material (externos e/ou em divisórias);
 - 1.12.1.2.3. Instalar quadros, disjuntores, eletrodutos, luminárias em locais e/ou imóveis disponibilizados ou locados (redes novas);
 - 1.12.1.2.4. Instalar pontos de força especiais para equipamentos pesados (ar condicionado) ou sensíveis, aterramentos e assemelhados.
- 1.12.2. As interligações entre eletrodutos rígidos deverão ser feitas por meio de luvas.
- 1.12.3. As interligações de eletrodutos rígidos com caixas ou quadros deverão ser feitas por meio de buchas e arruelas apropriadas.
- 1.12.4. Em todas as interligações entre partes metálicas da instalação deve-se assegurar uma perfeita continuidade elétrica.
- 1.12.5. Todas as partes metálicas da instalação que não tiverem tensão elétrica deverão ser devidamente aterradas.
- 1.12.6. Nenhum condutor deverá possuir emendas.
- 1.12.7. Os raios de curvatura dos cabos instalados não poderão ser inferiores a 8 vezes seu diâmetro externo.
- 1.12.8. Todos os cabos deverão ser testados e marcados de modo a evitar a inversão de fases.
- 1.12.9. Todas as conexões entre cabos e barramentos deverão ser feitas com terminais pré-isolados, apropriados e devidamente apertados com ferramentas adequadas, de maneira que se tenha a menor resistência elétrica de contato possível.
- 1.12.10. Todas as partes sobre tensão deverão ser isoladas das demais por isoladores apropriados.
- 1.12.11. Os circuitos alimentadores deverão ser com cabos com isolação EPR/XLPE 0,6/1kV.
- 1.12.12. Os circuitos de distribuição deverão ser instalados com cabos elétricos conforme a quantidade de tomadas e a tensão.
- 1.12.13. Tanto os circuitos dos alimentadores quanto os de distribuição deverão ser exclusivos para equipamentos de informática, não devendo ser utilizados para outras finalidades.



1.12.14. Todas as ligações dos condutores aos bornes e demais dispositivos deverão ser feitos de modo que seja assegurada a resistência mecânica adequada, contato elétrico com a menor resistência e maior durabilidade possível.

1.13. Serviços de Remanejamento em Geral:

1.13.1. Os serviços de remanejamento em geral abrangem as seguintes atividades:

1.13.1.1. Retirar forro falso ou demolir forro de gesso, tanto no local da retirada como no local da instalação;

1.13.1.2. Fazer furos em paredes de alvenaria e lajes;

1.13.1.3. Fazer demolições de alvenaria;

1.13.1.4. Desmontar divisórias e/ou vidros, tanto no local da retirada como no local da instalação;

1.13.1.5. Reinstalar o material retirado e substituir o que for necessário;

1.13.1.6. Recompôr as partes de alvenaria danificadas, tanto no local da retirada como no local da instalação;

1.13.1.7. Recolocar o forro retirado e recuperar o gesso danificado, tanto no local da retirada como no local da instalação;

1.13.1.8. Fazer as tampas de visita no forro de gesso com 40x40cm e acabamento em alumínio em todos os pontos de derivação da nova instalação;

1.13.1.9. Montar as divisórias retiradas, tanto no local da retirada como no local da instalação, fazendo o requadro nos locais da nova instalação e tamponando os furos nos locais onde a instalação foi retirada;

1.13.1.10. Recolocar ou substituir os vidros retirados dos locais da instalação;

1.13.1.11. Fazer a pintura das partes afetadas, tanto no local da retirada como no local da instalação;

1.13.1.12. Retirar o entulho proveniente do serviço, tanto no local da retirada como no local da instalação;

1.13.1.13. Fazer limpeza nos locais afetados pelo serviço.

1.13.2. Caso sejam utilizados novos materiais, estes deverão ser somados ao custo do remanejamento.

1.13.3. Os critérios de reinstalação deverão ser os mesmos utilizados para instalação.

1.14. Serviços de Remanejamento de Pontos Lógicos ou HDMI:

1.14.1. Os serviços de remanejamento de pontos lógicos, além de contemplarem o item 18.6, abrangem as seguintes atividades:

1.14.1.1. Retirar cabos, eletrodutos, calhas, canaletas, Wall Boxes e demais componentes da instalação a serem transferidos – conforme itens específicos da PMS-Base.

1.15. Serviços de Remanejamento de Pontos Elétricos:

1.15.1. Os serviços de remanejamento de pontos elétricos, além de contemplarem o item 18.6, abrangem as seguintes atividades:

1.15.1.1. Retirar cabos, eletrodutos, calhas, canaletas, tomadas, interruptores, quadros e demais componentes da instalação a serem transferidos – conforme itens específicos da PMS.

1.16. Serviços de Desinstalação em Geral:



1.16.1. Os serviços de desinstalação em geral abrangem as seguintes atividades:

- 1.16.1.1. Retirar forro falso ou demolir forro de gesso;
- 1.16.1.2. Desmontar divisórias e ou vidros no local da retirada;
- 1.16.1.3. Recompôr os furos e a alvenaria danificada no local onde a instalação foi retirada;
- 1.16.1.4. Recolocar o forro retirado e recuperar o gesso danificado;
- 1.16.1.5. Montar as divisórias retiradas, tamponando os furos;
- 1.16.1.6. Recolocar ou substituir os vidros retirados;
- 1.16.1.7. Fazer a pintura das partes afetadas;
- 1.16.1.8. Retirar o entulho proveniente do serviço;
- 1.16.1.9. Entregar à equipe de fiscalização de obra todo o material e equipamentos retirados ou deixá-los com o servidor local para futuro recolhimento quando da visita de medição.

1.17. Serviços de Desinstalação de Pontos Lógicos, Cabos de Fibra Óptica ou HDMI:

- 1.17.1. Os serviços de desinstalação de pontos lógicos, cabos de fibra óptica e HDMI, além de contemplarem o item 1.16, abrangem as seguintes atividades:
 - 1.17.1.1. Retirar cabos, eletrodutos, calhas, canaletas, wall boxes e demais componentes instalados.

1.18. Serviços de Desinstalação de Pontos Elétricos:

- 1.18.1. Os serviços de desinstalação de pontos de instalação elétrica, além de contemplarem o item 1.16, abrangem as seguintes atividades:
 - 1.18.1.1. Retirar cabos, eletrodutos, calhas, canaletas, tomadas, interruptores, quadros e demais componentes instalados.

1.19. Serviços de Ampliação em Geral:

- 1.19.1. Os critérios para ampliação deverão ser os mesmos utilizados para instalação, conforme descritos no item 1.1.

1.20. Serviços de Ampliação de Pontos Lógicos e HDMI:

- 1.20.1. Os serviços de ampliações de pontos lógicos além de contemplarem o item 18.1 abrangem as seguintes atividades:
 - 1.20.1.1. Instalar wall boxes e conectores;
 - 1.20.1.2. Instalar Racks;
 - 1.20.1.3. Instalar patch panels;
 - 1.20.1.4. Instalar Switches
 - 1.20.1.5. Fazer a passagem dos cabos lógicos e/ou telefônicos e/ou HDMI.
- 1.20.2. Considera-se como ampliação de pontos lógicos a instalação de patch panel, passagem do cabo, colocação do conector fêmea e ativação do ponto no switch com patch cable.

1.21. Serviços de Ampliação de Pontos Elétricos:

- 1.21.1. Os serviços de ampliações dos pontos elétricos, além de contemplarem o item 18.1, abrangem as seguintes atividades:
 - 1.21.1.1. Verificar se o disjuntor de proteção e o cabo do circuito são compatíveis com a ampliação solicitada;
 - 1.21.1.2. Desligar o circuito;



- 1.21.1.3. Desconectar as tomadas existentes;
- 1.21.1.4. Instalar cabos elétricos para ampliação a partir de uma das tomadas existentes;
- 1.21.1.5. Instalar 02 (duas) tomadas acondicionadas em caixas de PVC;
- 1.21.1.6. Verificar se as conexões estão firmes;
- 1.21.1.7. Conectar as novas tomadas e as existentes;
- 1.21.1.8. Testar o circuito e as tomadas.

1.22. Serviços de Ativação de Pontos Lógicos:

- 1.22.1. Os serviços de ativação de pontos lógicos abrangem as seguintes atividades:
 - 1.22.1.1. Instalar patch cable, conectorizando o micro ao conector fêmea;
 - 1.22.1.2. Ativação do ponto no switch utilizando patch cable RJ-45/RJ-45 especificado no projeto;
 - 1.22.1.3. Identificar os patches cables instalados, conforme norma ANSI/TIA/EIA 606A.

1.23. Serviço de Ativação de Pontos Telefônicos:

- 1.23.1. Os serviços de ativação de pontos telefônicos abrangem as seguintes atividades:
 - 1.23.1.1. Instalar, cabear, configurar e testar central telefônica analógica de pequeno porte (para linhas-tronco analógicas e ramais analógicos), fornecidas pela contratante, integrada ao cabeamento estruturado (Voice panel, DG Telefônico);
 - 1.23.1.2. Instalar o cabo telefônico ligando o telefone ao conector fêmea;
 - 1.23.1.3. Ativação do ponto utilizando patch cable RJ-45 especificado no projeto;
 - 1.23.1.4. Identificar os patches cables instalados, conforme norma ANSI/TIA/EIA 606A;

1.24. Serviços de Instalação de Rack:

- 1.24.1. Os serviços de instalação de rack abrangem as seguintes atividades:
 - 1.24.1.1. Montagem do rack em local específico, definido em projeto;
 - 1.24.1.2. Organizar o cabeamento horizontal que chega ao rack; Instalação do(s) patch panel(s);
 - 1.24.1.3. Instalação do(s) patch voices; Conectorização de cabo(s) horizontal(is) no(s) patch panel(s);
 - 1.24.1.4. Instalação de bandeja(s);
 - 1.24.1.5. Instalação de equipamentos ativos conforme item 1.26 do presente edital;
 - 1.24.1.6. Ativação dos pontos lógicos, conforme item 1.22 do presente edital;
 - 1.24.1.7. Ativação dos pontos telefônicos, conforme item 1.23 do presente edital;
 - 1.24.1.8. Efetuar ligação do chassi do rack ao aterramento predial;
 - 1.24.1.9. Identificar cabos e equipamentos de acordo com o especificado no projeto, utilizando-se de anilhas de identificação com diferenciação de cores para os patch cables do rack;
 - 1.24.1.10. Identificar Rack;
 - 1.24.1.11. Entregar as chaves do rack ao Defensor ou Servidor da Defensoria Pública responsável pelo local e encaminhar cópia devidamente identificada a Diretoria de Tecnologia e Inovação - DTI.
- 1.24.2. O resultado final do serviço deverá obrigatoriamente primar pelo respeito às Normas Técnicas elencadas no item 18.18.1, pela organização e estética;



1.24.3. Todos os acessórios necessários, tais como velcro, etiquetas, fixadores, etc, deverão ter os custos incluídos no serviço.

1.25. Serviços de Conectorização de Cabos Lógicos e Telefônicos:

1.25.1. O Sistema de cabeamento estruturado deverá ser instalado de forma a operar sob a norma ANSI/TIA/EIA 568-B para a Categoria 5 Enhanced e Categoria 6.

1.25.2. Os serviços de conectorização feitos em fêmea, patch panels e DGs abrangem os seguintes procedimentos:

1.25.2.1. Identificar os cabos;

1.25.2.2. Retirar a capa externa de proteção no tamanho recomendado para cada tipo de cabo e para sua utilização;

1.25.2.3. Identificar os condutores;

1.25.2.4. Verificar as sequências determinadas nas normas para o cabo e a configuração a ser utilizada para interligação de acordo com os equipamentos que serão interligados;

1.25.2.5. Fazer a crimpagem utilizando as ferramentas apropriadas para o tipo do cabo e do conector;

1.25.2.6. Fazer o fechamento utilizando as capas ou tampas;

1.25.3. Se durante o procedimento de conectorização ou na execução dos testes de funcionalidade for verificado que algum conector ou pino está danificado ou crimpado incorretamente, este deverá ser substituído a expensas da contratada.

1.25.4. Os custos da mão-de-obra de conectorização e da substituição de conectores danificados na instalação ou que não sejam aprovados nos testes deverão ser absorvidos pela contratada.

1.26. Serviços de Instalação de Equipamentos Ativos:

1.26.1. Os serviços de instalação de equipamentos ativos abrangem as seguintes atividades:

1.26.1.1. Fixação das orelhas de sustentação que acompanham o equipamento (switch, roteador ou outros);

1.26.1.2. Colocação de parafusos e porcas gaiolas;

1.26.1.3. Montagem do equipamento (switch, roteador ou outros) no rack, bracket ou afim;

1.26.1.4. Colocação de organizador (guia) de cabos;

1.26.1.5. Colocação de bandejas de rack para acomodação de equipamentos que não sejam do tipo “rack mount”;

1.26.1.6. Instalação de calhas (réguas) de tomadas no tamanho padrão de 19”, 2P+T, com número suficiente de tomadas, de acordo com o especificado no projeto;

1.26.1.7. Ligação do cabo de força do equipamento à tomada;

1.26.1.8. Conexão de patch cords entre as portas ativas do equipamento e as portas do patch panel;

1.26.1.9. Conectar dois ou mais equipamentos ativos utilizando path cord, cordão óptico ou cabo específico;

1.26.1.10. Identificar cabos e equipamentos de acordo com o especificado no projeto utilizando as anilhas de identificação com diferenciação de cores para os patch cables do rack;

1.26.1.11. Informar ao DEA qualquer anomalia ou mal funcionamento nos equipamentos, o qual, se necessário, reportará a situação a Diretoria de Tecnologia e Inovação – DTI para ciência e providências cabíveis.



1.26.2. O resultado final do serviço deverá obrigatoriamente primar pelo respeito às Normas Técnicas elencadas no item 1.25.1., pela organização e estética;

1.26.3. Todos os acessórios necessários, tais como velcro, etiquetas, fixadores, etc, deverão ter os custos incluídos no serviço.

1.27. Serviços de Manutenção da Rede Elétrica Estabilizada e Ininterrupta:

1.27.1. Deverá ser feita a manutenção da rede elétrica e no sistema de aterramento, incluindo a malha de aterramento com emissão de relatórios, efetuando todas as correções necessárias e substituições de materiais, tais como, cabos, disjuntores, tomadas, caixas e canaletas, que serão fornecidos pela contratada.

1.28. Procedimentos de Manutenção da Rede Elétrica:

1.28.1. Todo serviço de manutenção será baseado na utilização da mão-de-obra especializada da contratada e deverá ser feita sempre que solicitado pela Defensoria Pública do Paraná, através do DEA, estabelecido através de cronograma e devendo-se executar serviços de recuperação de sistema de energia elétrica estabilizada e energia elétrica ininterrupta, verificando-se todas as tomadas, os cabos elétricos, os quadros elétricos e os disjuntores

1.28.2. Todas as conexões deverão ser reapertadas.

1.28.3. Deverá ser verificado o balanceamento de carga em todos os quadros e nas saídas dos estabilizadores e No Breaks.

1.28.4. Deverá ser feita a verificação visual geral de toda a instalação.

1.28.5. A malha de aterramento deverá ser verificada e corrigida se for o caso.

1.28.6. Deverá ser corrigida toda e qualquer falha encontrada.

1.28.7. Quando constatada a iminência de defeito durante os procedimentos de manutenção preventiva o defeito deverá ser solucionado ou o material avariado deverá ser substituído.

1.29. Serviços de Instalação de Pontos Lógicos Não Certificados:

1.29.1. A garantia do serviço de cabeamento lógico estruturado solicitado sem a formulação do projeto definitivo se dará pelo período mínimo de 06 (seis) meses para a execução dos serviços e para o material aplicado na execução do serviço a contar da data de emissão da Nota Fiscal.

1.29.2. Os serviços de instalação de pontos lógicos, além de contemplarem o item 18.1, abrangem as seguintes atividades:

1.29.2.1. Considera-se como instalação de pontos lógicos a instalação de patch panel, passagem do cabo lógico e/ou telefônico, colocação do conector fêmea e ativação do ponto no switch com patch cable;

1.29.2.2. Efetuar o serviço de conectorização dos cabos lógicos nas fêmeas;

1.29.2.3. Efetuar o serviço de conectorização dos cabos lógicos nos Path Panels;

1.29.2.4. Efetuar as ativações dos pontos lógicos;

1.29.2.5. Após a execução dos serviços deverão ser feitos todos os testes necessários, para comprovar que as instalações estão em condição de funcionar corretamente e de acordo com as especificações e normas.

1.29.2.6. Atualizar a documentação da rede com o relatório descritivo do serviço realizado na infraestrutura local.

1.29.3. Estas instalações deverão ser feitas com o máximo esmero e ótimo acabamento, utilizando-se dos materiais de instalação especificados e acessórios como curvas, abraçadeiras, suportes, espaçadores, terminações e outros que sejam adequados, não sendo aceitos componentes improvisados.



- 1.29.4. Os cabos deverão ser protegidos fisicamente em toda sua extensão, utilizando um ou mais materiais de instalação, não devendo ser instalados expostos.
- 1.29.5. Todos os materiais de instalação deverão ser firmemente fixados às estruturas de suporte, formando conjuntos mecânicos rígidos e livres de deslocamento pela simples operação.
- 1.29.6. Todos os materiais de proteção física dos cabos deverão ser dimensionados com fator de utilização de 40%.
- 1.29.7. Quando forem utilizados eletrodutos para proteção dos cabos, as instalações deverão possuir caixas de passagens com distâncias máximas entre si de 12m.
- 1.29.8. Nenhuma curva utilizada poderá em hipótese alguma ter ângulo inferior a 90°.
- 1.29.9. Todas as conexões entre eletrodutos flexíveis e calhas metálicas deverão ser feitas por boxes de alumínio, com buchas e arruelas.
- 1.29.10. Nas interfaces entre os eletrodutos sobre o forro e as canaletas nas paredes deverão ser utilizadas caixas de PVC de 75x75mm e boxes de alumínio, com buchas e arruelas.
- 1.29.11. Todos os materiais empregados deverão ser novos, não sendo aceitos materiais reutilizados de qualquer espécie.
- 1.29.12. Se durante o procedimento de conectorização ou na execução dos testes de funcionalidade for verificado que algum conector ou pino está danificado ou crimpado incorretamente, este deverá ser substituído a expensas da contratada.
- 1.29.13. Os custos da mão-de-obra de conectorização e da substituição de conectores danificados na instalação ou que não sejam aprovados nos testes deverão ser absorvidos pela contratada.

1.30. Serviços de Instalação ou Alteração de Entrada de Energia:

- 1.30.1. Os serviços de entrada de energia abrangem as seguintes atividades:
- 1.30.1.1. Executar furos em paredes de alvenaria e lajes com equipamentos adequados;
- 1.30.1.2. Executar demolições de alvenaria;
- 1.30.1.3. Instalar postes conforme normas técnicas vigentes e especificações da Concessionária de Energia Elétrica;
- 1.30.1.4. Executar as tubulações para os ramais de entrada e alimentadora conforme normas técnicas vigentes;
- 1.30.1.5. Executar ancoragens aéreas;
- 1.30.1.6. Executar aterramentos conforme normas técnicas vigentes;
- 1.30.1.7. Instalar e lançar fiações e conexões conforme normas técnicas vigentes;
- 1.30.1.8. Instalar caixas de medição seguindo especificações da Concessionária de Energia Elétrica;
- 1.30.1.9. Instalar Proteção conforme normas técnicas vigentes;
- 1.30.1.10. Recompôr as partes de alvenaria danificadas;
- 1.30.1.11. Executar a pintura das partes afetadas;
- 1.30.1.12. Retirar o entulho proveniente dos serviços;
- 1.30.1.13. Executar limpeza nos locais afetados pelos serviços.
- 1.30.2. Estas instalações deverão ser feitas com o máximo esmero e ótimo acabamento utilizando os materiais de instalação especificados e acessórios como curvas, abraçadeiras, suportes, espaçadores, terminações e outros que sejam adequados, não sendo aceitos componentes improvisados.



1.30.3. Todos os materiais empregados deverão ser novos, não sendo aceitos materiais reutilizados de qualquer espécie.

APÊNDICE II

ESTIMATIVA DE DEMANDA E COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA

Tabela 1 - Estimativa de demanda para cada tipo de serviço, segmentado por cidade.

LOT E	Cidade	Instalação de pontos elétricos	Instalação de pontos lógicos	Serviços complementares	Serviço de adequação da entrada de energia	Remoção de pontos elétricos	Remoção de pontos lógicos
1	Curitiba	120	87	1	1	230	153
	Fóruns Descentralizados de Curitiba	194	87	1	1	21	14
	Almirante Tamandaré	11	8	1	0	2	2
	Colombo	11	8	1	0	3	2
	São José dos Pinhais	22	15	1	0	9	6
2	Paranaguá	11	8	1	0	16	11
	Antonina	0	5	0	0	1	1
	Morretes	20	10	1	0	2	1
	Pontal do Paraná	6	6	1	0	1	1
	Matinhos	18	12	1	0	2	1
	Guaratuba	28	18	1	0	4	3
3	Ponta Grossa	33	22	1	0	26	17
	Castro	0	0	0	0	5	3
4	Guarapuava	132	75	1	1	53	35
5	Londrina	267	178	1	1	105	70
	Cornélio Procopio	15	10	1	0	12	8
	Apucarana	21	15	1	0	9	6
	Cambé	26	20	1	0	2	2
6	Jandaia do Sul	18	12	1	0	2	1
	Maringá	185	123	1	1	27	18

LOT E	Cidade	Instalação de pontos elétricos	Instalação de pontos lógicos	Serviços complementares	Serviço de adequação da entrada de energia	Remoção de pontos elétricos	Remoção de pontos lógicos
	Paranavaí	11	8	1	0	9	6
7	Cianorte	11	8	1	0	2	2
	Campo Mourão	0	0	0	0	12	8
	Umuarama	11	8	1	0	9	6
8	Cascavel	94	36	1	0	23	15
	Foz do Iguaçu	33	22	1	0	18	12
9	Pato Branco	15	6	1	0	4	3
	Francisco Beltrão	0	0	0	0	16	11
TOTAL		1313	807	24	5	625	418

A. Instalação de pontos elétricos. Para a instalação de pontos elétricos, a partir da Resolução SECID n.º 027/2025, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura realizou orçamento paramétrico, conforme apresentado abaixo:
Tabela 2 - Composição paramétrica para instalação de ponto elétrico.

CÓDIGO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	R\$ UNIT.	MAT./ EQUIP.	MÃO DE OBRA	TOTAL
COMP 28	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO EM EDIFÍCIO COMERCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO SEM NECESSIDADE DE RASGOS, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO E QUEBRA. AF_11/2022.				140,19	95,65	235,84
90456	QUEBRA EM ALVENARIA PARA INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TOMADA (4X4 OU 4X2). AF_09/2023	UN	1,0000	6,59	R\$ 1,85	R\$ 4,74	R\$ 6,59

CÓDIGO COMPO SIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	R\$ UNIT.	MAT./ EQUIP.	MÃO DE OBRA	TOTAL
91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (¾"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,3800	11,07	R\$ 10,95	R\$ 4,31	R\$ 15,26
91855	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25MM (¾"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,9357	14,51	R\$ 16,60	R\$ 11,47	R\$ 28,07
91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	15,6357	4,62	R\$ 52,37	R\$ 19,85	R\$ 72,22
91940	CAIXA RETANGULAR 4"X2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023.	UN	1,0000	22,80	R\$ 9,78	R\$ 13,02	R\$ 22,80
92012	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS) 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	90,90	R\$ 48,64	R\$ 42,26	R\$ 90,90

Como se observa, o valor para a instalação de um ponto elétrico triplo é de R\$ 235,84 (duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), que, acrescido do BDI, é estimado em **R\$ 303,04 (trezentos e três reais e quatro centavos)**. Assim, tendo em vista que esta contratação prevê a instalação de 1313 (mil, trezentos e treze) pontos elétricos, **o valor total estimado para esse serviço, com fornecimento de materiais, é de R\$ 397.891,52 (trezentos e noventa e sete mil oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos)**.

B. Instalação de pontos lógicos. Para a instalação de pontos lógicos, a partir da Resolução SECID n.º 027/2025, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura realizou orçamento paramétrico, conforme apresentado abaixo:
Tabela 3 - Composição paramétrica para composição de ponto lógico.



CÓDIGO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID	COE F.	R\$ UNIT.	MAT./ EQUIP.	MÃO DE OBRA	TOTAL
COMP 46	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTOS LÓGICA RJ 45 EM EDIFÍCIO COMERCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO SEM NECESSIDADE DE RASGOS, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO E QUEBRA. AF_11/2022.				363,10	89,88	452,98
90456	QUEBRA EM ALVENARIA PARA INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TOMADA (4X4 OU 4X2). AF_09/2023	UN	1,000 0	6,59	R\$ 1,85	R\$ 4,74	R\$ 6,59
91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	15,61 40	11,07	R\$ 123,97	R\$ 48,87	R\$ 172,84
91855	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,885 0	14,51	R\$ 16,17	R\$ 11,17	R\$ 27,34
98297	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - AF_11/2019	M	15,53 10	11,00	R\$ 167,89	R\$ 2,95	R\$ 170,84
91940	CAIXA RETANGULAR 4"X2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023.	UN	1,000 0	22,80	R\$ 9,78	R\$ 13,02	R\$ 22,80
98307	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	1,000 0	52,57	R\$43,44	R\$ 9,13	R\$ 52,57

Como se observa, o valor para a instalação de um ponto lógico é de R\$ 452,98 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos), que, acrescido do BDI, é estimado em **R\$ 582,04 (quinhentos e oitenta e dois reais e quatro centavos)**. Assim, tendo em vista que esta contratação prevê a instalação de 807 (oitocentos e sete) pontos lógicos, **o valor**

total estimado para esse serviço, com fornecimento de materiais, é de R\$ 469.706,28 (quatrocentos e sessenta e nove mil setecentos e seis reais e vinte e oito centavos).

C. Serviços complementares. Para a estipulação do valor de serviços complementares, a partir da Resolução SECID n.º 027/2025, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura realizou orçamento paramétrico, conforme apresentado abaixo:

Tabela 8 - Composição paramétrica para serviço complementar.

CÓDIGO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	R\$ UNIT.	MAT./ EQUIP.	MÃO DE OBRA	TOTAL
COMP 45	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE INSTALAÇÃO DE RACK DE LÓGICA				4.462,80	680,26	5.143,06
100555	RACK ABERTO EM COLUNA 44U PARA SERVIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	1,0000	1.283,91	R\$ 1.238,46	R\$ 45,45	R\$ 1.283,91
98304	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	1,0000	3.653,47	R\$ 3.107,28	R\$ 546,19	R\$ 3.653,47
COT 007	RÉGUA DE TOMADA 12 TOMADAS	UNID	1,0000	79,80	R\$ 79,80	-	R\$ 79,80
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	34,41	R\$ 18,64	R\$ 50,18	R\$ 68,82
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	28,53	R\$ 18,62	R\$ 38,44	R\$ 57,06

Como se observa, o valor para serviços complementares é de R\$ 5.143,06 (cinco mil, cento e quarenta e três reais e seis centavos), que, acrescido do BDI, é estimado em **R\$ 6.608,32 (seis mil, seiscentos e oito reais e trinta e dois centavo)**. Assim, tendo em vista que esta contratação prevê a execução de 24 (vinte e quatro) serviços complementares, **o valor total estimado para esse serviço, com fornecimento de materiais, é de R\$ 158.599,68 (cento e cinquenta e oito mil quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).**

D. Adequação da entrada de energia elétrica. Para a estipulação do valor de adequação da entrada de energia elétrica para os imóveis de Londrina e Guarapuava, a partir da Resolução SECID n.º 027/2025, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura realizou orçamento paramétrico, conforme apresentado abaixo:

Tabela 5 - Composição paramétrica para adequação da entrada de energia elétrica.

CÓDIGO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID	COE F.	R\$ UNIT.	MAT./ EQUIP.	MÃO DE OBRA	TOTAL
COMP 45	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE ENTRADA DE ENERGIA TRIFÁSICA				2.825,30	588,85	3.414,15
101509	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020	UN	1,00 00	1.928,2 7	R\$ 1.499,23	R\$ 429,04	R\$ 1.928,27
100604	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 10 M, CARGA NOMINAL DE 300 DAN, ENGASTAMENTO BASE CONCRETADA COM 1 M DE CONCRETO E 0,6 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	1,00 00	684,13	R\$ 524,32	R\$ 159,81	R\$ 684,13
COT	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSÃO DE 11,00 M, RESISTENCIA DE 150 DAN, TIPO D	UN	1,00 00		R\$ 801,75	R\$	R\$ 801,75

Como se observa, o valor para a adequação da entrada de energia elétrica é de R\$ 3.414,15 (três mil, quatrocentos e quatorze reais e quinze centavos), que, acrescido do BDI, é estimado em **R\$ 4.386,85 (quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)**. Assim, tendo em vista que esta contratação prevê a realização de 5 (cinco) serviços de adequação da entrada de energia, **o valor total estimado para esse serviço, com fornecimento de materiais, é de R\$ 21.934,25 (vinte e um mil novecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**.

E. Desinstalação de pontos elétricos. Para a desinstalação de pontos elétricos, a partir da Resolução SECID n.º 027/2025, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura realizou orçamento paramétrico, conforme apresentado abaixo:

Tabela 6 - Composição paramétrica para desinstalação de pontos elétricos.

CÓDIGO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	R\$ UNIT.	MAT./ EQUIP.	MÃO DE OBRA	TOTAL
COMP 46	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE REMOÇÃO DE PONTO ELÉTRICO				3,98	8,21	12,19
104792	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO DE ATÉ 2,5 MM², DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	23,1900	0,49	R\$ 3,71	R\$ 7,65	R\$ 11,36
97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	1,0000	0,83	R\$ 0,27	R\$ 0,56	R\$ 0,83

Como se observa, o valor para a desinstalação de um ponto elétrico é de **R\$ 12,19 (doze reais e vinte e nove centavos)**, que, acrescido do BDI, é estimado em **R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos)**. Assim, tendo em vista que esta contratação prevê a desinstalação de 625 (seiscentos e vinte e cinco) pontos elétricos, **o valor total estimado para esse serviço é de R\$ 9.793,75 (nove mil setecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)**.

F. Desinstalação de pontos lógicos. Para a desinstalação de pontos lógicos, a partir da Resolução SECID n.º 027/2025, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura realizou orçamento paramétrico, conforme apresentado abaixo:

Tabela 7 - Composição paramétrica para desinstalação de pontos lógicos.

CÓDIGO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	R\$ UNIT.	MAT./ EQUIP.	MÃO DE OBRA	TOTAL
COMP 46	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE REMOÇÃO DE PONTO LÓGICO				4,65	11,07	15,72
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2500	34,41	R\$ 2,33	R\$ 6,27	R\$ 8,60

88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2500	28,53	R\$ 2,32	R\$ 4,80	R\$ 7,12
-------	---	---	--------	-------	----------	----------	----------

Como se observa, o valor para a desinstalação de um ponto lógico é de **R\$ 15,72 (quinze reais e setenta e dois centavos)**, que, acrescido do BDI, é estimado em **R\$ 20,20 (vinte reais e vinte centavos)**. Assim, tendo em vista que esta contratação prevê a desinstalação de 418 (quatrocentos e dezoito) pontos lógicos, **o valor total estimado para esse serviço é de R\$ 8.443,60 (oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos)**.

Apresenta-se, abaixo, tabela-resumo dos valores estimados para a presente contratação:

Tabela 8 - Tabela-resumo dos valores totais previstos para cada tipo de serviço.

SERVIÇOS	VALOR ESTIMADO
Instalação de pontos elétricos	R\$ 397.891,52
Instalação de pontos lógicos	R\$ 469.706,28
Serviços complementares	R\$ 158.599,68
Adequação da entrada de energia	R\$ 21.934,25
Desinstalação de pontos elétricos	R\$ 9.793,75
Desinstalação de pontos lógicos	R\$ 8.443,60
TOTAL	R\$ 1.066.369,08

Dessa maneira, o valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 1.066.369,08 (um milhão, sessenta e seis mil trezentos e sessenta e nove reais e oito centavos).



APÊNDICE III
LISTA, NÃO EXAUSTIVA, DOS PRINCIPAIS ITENS E SERVIÇOS A
SEREM EXECUTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	SISTEMA REFERENC IAL	CÓDIG O	UNID.
1	DEMOLIÇÕES, ESCAVAÇÕES, REATERROS, RASGO E RETIRADAS			
1.1	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	SECID	97625	M3
1.2	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	SECID	97631	M2
1.3	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	SECID	97644	M2
1.8	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF 09/2023	SECID	90447	M
1.9	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF 09/2023	SECID	90443	M
1.10	RASGO LINEAR MECANIZADO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 100MM. AF 09/2023	SECID	90446	M
2	ADEQUAÇÃO CIVIL			
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 12/2021	SECID	103328	M2
2.2	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 12/2021	SECID	103338	M2
2.3	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF 10/2022	SECID	87905	M2
2.4	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF 08/2022	SECID	87775	M2
2.6	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF 09/2023	SECID	90467	M
2.7	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF 09/2023	SECID	90466	M
2.8	PREPARO DO PISO CIMENTADO PARA PINTURA - LIXAMENTO E LIMPEZA. AF 05/2021	SECID	102488	M2



ITEM	DESCRIÇÃO	SISTEMA REFERENCIAL	CÓDIGO	UNID.
2.9	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	SECID	102494	M2
2.10	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	SECID	88497	M2
2.11	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	SECID	96135	M2
2.12	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	SECID	88489	M2
2.13	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	SECID	95626	M2
2.17	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023 PS	SECID	96111	M2
2.18	INSTALAÇÃO DE REFORÇO METÁLICO EM PAREDE DRYWALL. AF_07/2023	SECID	96373	M
2.19	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023 PS	SECID	96359	M2
2.20	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	SECID	88488	M2
2.21	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	SECID	94992	M2
2.22	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SECID	97622	M3
2.23	RODAPÉ EM POLIESTIRENO, ALTURA 5 CM. AF_09/2020	SECID	98688	M
3	INFRAESTRUTURA ELÉTRICA E LÓGICA			
3.1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020 P	SECID	101497	UN
3.2	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91854	M
3.3	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91836	M



ITEM	DESCRIÇÃO	SISTEMA REFERENCIAL	CÓDIGO	UNID.
3.4	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91955	UNID
3.5	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91964	UNID
3.6	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91953	UN
3.7	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91967	UN
3.8	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91992	UN
3.9	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	92000	UN
3.10	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91939	UN
3.11	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91940	UN
3.12	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91941	UN
3.13	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SECID	101875	UN
3.14	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SECID	101876	UN
3.15	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SECID	97599	UN
3.16	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 32 MM (1 1/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SECID	95803	UN
3.17	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 25 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SECID	95802	UN
3.18	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SECID	95801	UN
3.19	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 BRANCO	SECID	91924	M



ITEM	DESCRIÇÃO	SISTEMA REFERENC IAL	CÓDIG O	UNID.
3.20	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AZUL	SECID	91924	M
3.21	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERDE	SECID	91924	M
3.22	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03,2023 BRANCO	SECID	91926	M
3.23	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03,2023 AMARELO	SECID	91926	M
3.24	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERMELHO	SECID	91926	M
3.25	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AZUL	SECID	91926	M
3.26	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 CINZA	SECID	91926	M
3.27	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERDE	SECID	91926	M
3.28	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERMELHO	SECID	91928	M
3.29	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AMARELO	SECID	91928	M
3.30	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 BRANCO	SECID	91928	M
3.31	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AZUL	SECID	91928	M
3.32	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERDE	SECID	91928	M
3.33	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERMELHO	SECID	91930	M



ITEM	DESCRIÇÃO	SISTEMA REFERENCIAL	CÓDIGO	UNID.
3.34	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 BRANCO	SECID	91930	M
3.35	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AMARELO	SECID	91930	M
3.36	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERDE	SECID	91930	M
3.37	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 BRANCO	SECID	91932	M
3.38	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AMARELO	SECID	91932	M
3.39	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERMELHO	SECID	91932	M
3.40	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AZUL	SECID	91932	M
3.41	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERDE	SECID	91932	M
3.42	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 VERDE	SECID	91934	M
3.43	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AMARELO	SECID	91934	M
3.44	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 AZUL	SECID	91934	M
3.45	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 BRANCO	SECID	91934	M
3.46	CABO DE COBRE ISOLADO, 25 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1 KV, INSTALADO EM ELETROCALHA OU PERFILADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 VERMELHO	SECID	101889	M
3.47	CABO DE COBRE ISOLADO, 25 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1 KV, INSTALADO EM ELETROCALHA OU PERFILADO -	SECID	101889	M



ITEM	DESCRIÇÃO	SISTEMA REFERENCIAL	CÓDIGO	UNID.
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 BRANCO			
3.48	CABO DE COBRE ISOLADO, 25 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1 KV, INSTALADO EM ELETROCALHA OU PERFILADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 AMARELO	SECID	101889	M
3.49	CABO DE COBRE ISOLADO, 25 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1 KV, INSTALADO EM ELETROCALHA OU PERFILADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 AZUL	SECID	101889	M
3.50	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	SECID	98297	M
3.51	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	SECID	92988	M
3.52	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM ² , ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	SECID	96977	M
3.53	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91998	UN
3.54	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	91999	UN
3.55	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SECID	92012	UN
3.56	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 11 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,7 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	SECID	100583	UN
3.57	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	SECID	98304	UN
3.58	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	SECID	98307	UN
3.59	RACK ABERTO EM COLUNA 44U PARA SERVIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	SECID	100555	UN

APÊNDICE IV DETALHAMENTO DA BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS

Cálculo elaborado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura para formação do percentual máximo de BDI:

PRÓPRIO:
PRAZO DE OBRA: 240 DIAS CORRIDOS
COMPOSIÇÃO DE BDI PARA EDIFICAÇÕES DESONERADA

Vigência: 01/12/2015

CUSTO TOTAL DO SERVIÇO (R\$):								
ITEM	CRIMINAL	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO	PARCELAS DO BDI (%)		
						1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADM	R\$ -	4,00%		OK	3,00%	4,00%	5,50%
2	SG - SEG	R\$ -	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1,00%
3	R - RISCO	R\$ -	1,27%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DF - DES	R\$ -	1,23%		OK	0,59%	1,23%	1,39%
5	L - LUCRO	R\$ -	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%
6	I - IMPOSTOS	R\$ -	10,25%					
	PIS		0,65%					
	COFINS		3,00%					
	ISS (CONFORME LEI Nº 10.683/03)		3,00%					
	CONTRIB. PREV. SOCIAL		3,60%					
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ -			Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário			
PREÇO DE VENDA (R\$)		R\$ -			Sem CPRB	20,34%	22,12%	25,00%
BDI (%)			28,49%	OK	Com CPRB	24,83%	26,68%	29,67%



Onde:
AC: taxa de administração central;
S: taxa de seguros;
G: taxa de garantias;
R: taxa de riscos;
DF: taxa de despesas financeiras;
L: taxa de lucro/remuneração;
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

0
Responsável Técnico
Carimbo e Assinatura

Modelo de planilha para demonstração do BDI por parte dos licitantes (caso não se adote o BDI definido pela DPE/PR)

CUSTO TOTAL DO SERVIÇO (R\$):								
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
						1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ -			DIFERE	3,00%	4,00%	5,50%
2	SG - SEGUROS + GARANTIA	R\$ -			DIFERE	0,80%	0,80%	1,00%
3	R - RISCOS	R\$ -			DIFERE	0,97%	1,27%	1,27%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ -			DIFERE	0,59%	1,23%	1,39%
5	L - LUCRO BRUTO	R\$ -			DIFERE	6,16%	7,40%	8,96%
6	I - IMPOSTOS	R\$ -						
6.1	PIS							
6.2	COFINS							
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)							
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB							
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ -			Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário			
PREÇO DE VENDA (R\$)		R\$ -			Sem CPRB	20,34%	22,12%	25,00%
BDI (%)			0,00%	DIFERE	Com CPRB	20,34%	22,12%	25,00%



APÊNDICE V
REQUERIMENTO DE SUBCONTRATAÇÃO

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO:
OBJETO:

Ao Fiscal do Contrato n.º XXX/XXXX,

Vimos através deste solicitar autorização para subcontratação da empresa _____, CNPJ _____, para a prestação dos serviços _____, previstos no Contrato n.º XXX/XXXX, firmado com a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Declaramos que a parcela a ser subcontratada não compõe o objeto principal da contratação, sendo a sua execução meramente assessoria e corresponde a XX% do valor total do Contrato.

Justifica-se o pedido de subcontratação ____ (apresentar justificativa) _____.

Declaramos ciência de que o vínculo jurídico entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA não se estende à Defensoria Pública do Estado do Paraná, permanecendo a primeira integralmente obrigada pelo fiel e perfeito cumprimento dos serviços contratados, nos termos do contrato supracitado.

Declaramos, ainda, ter dado ciência à empresa que ora se solicita autorização para subcontratar de todas as condições e regras que norteiam o presente negócio jurídico, tendo fornecido cópia integral do contrato em análise e do Edital de Licitação, incluindo-se todos os seus anexos.

Em anexo a este requerimento, apresenta-se todos os documentos necessários à habilitação da empresa que se pretende subcontratar.

[Município], ____ de _____ de 202____.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO
NOME:
CREA/CAU n.º:



APÊNDICE VI
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO:
OBJETO:

Declaramos, como responsável técnico designado pela empresa _____ que visitamos a sede da Defensoria Pública do Estado do Paraná localizada no endereço _____.

Declaramos que, se vencedores desta, nos responsabilizaremos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos.

Declaramos, como responsável técnico designado pela empresa _____, que temos completo conhecimento das condições físicas do local, de todos os detalhes do imóvel no objeto de nossa proposta e de todo serviço a ser prestado conforme informações contidas no Edital de Licitação e documentos anexos, dispensando a necessidade de vistoria “in loco” nas demais unidades nas quais os serviços poderão ser prestados. Declaramos que foi dado acesso às dependências do local da execução do serviço, o qual dispensamos por termos conhecimento suficiente de todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos para completa execução dos serviços.

[Município], ____ de _____ de 202____.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

NOME:
CREA/CAU n°:



**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS PARA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO:
OBJETO:

Declaramos, como responsável técnico designado pela empresa _____, que as informações contidas no Edital de Licitação e documentos anexos são suficientes para a compreensão do objeto a ser executado, dispensando a necessidade de vistoria “in loco” nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Declaramos que foi dado acesso às dependências do local da execução do serviço, o qual dispensamos por termos conhecimento suficiente de todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos para completa execução dos serviços.

Declaramos que, se vencedores desta, nos responsabilizaremos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos.

[Município], ____ de _____ de 202____.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

NOME:
CREA/CAU n°:



APÊNDICE VIII
LISTA DE SEDES PARA VISTORIA

LOTE 1 - CURITIBA E RMC	
CIDADE	ENDEREÇO
Curitiba	Rua José Bonifácio, 66, Centro.
	Rua Benjamin Lins, 779, Batel.
	Rua Mateus Leme, 1908, Centro Cívico.
Almirante Tamandaré	Rua João Batista de Siqueira, 282, Centro.
Colombo	Rua Santo Pascoal Franceschi, 248, Osasco.
São José dos Pinhais	Largo Vereador Segismundo Salata, 192, Centro.

LOTE 2 - LITORAL	
CIDADE	ENDEREÇO
Paranaguá	Rua Baronesa do Cerro Azul, 937, João Gualberto.
Antonina	Travessa Ildefonso, 115, Centro.
Pontal do Paraná	Rua Dona Alba de Souza e Silva, S/N, Centro.
Guaratuba	Rua Tiago Pedroso, 417, Cohapar.

LOTE 3 - CENTRO-ORIENTAL	
CIDADE	ENDEREÇO
Ponta Grossa	Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, 300, Oficinas.
Castro	Rua Padre Damasio, 81, Centro.

LOTE 4 - CENTRO-SUL	
CIDADE	ENDEREÇO
Guarapuava	Avenida Manoel Ribas, 2537, Centro.

LOTE 5 - NORTE CENTRAL 1	
CIDADE	ENDEREÇO
Londrina	Av. Bandeirantes, 23, Vila Ipiranga.
Cornélio Procópio	Rua Santos Dumont, 635, Centro.



Apucarana	Rua Prof. Erasto Gaertner, 126, Centro.
Cambé	Avenida Roberto Conceição, 532, Jardim São José.

LOTE 6 - NORTE CENTRAL 2	
CIDADE	ENDEREÇO
Jandaia do Sul	Rua Plácido Caldas, 536, Centro.
Maringá	Avenida Tiradentes, 1289, Zona 4.
Paranavaí	Rua Getúlio Vargas, 620, Centro.

LOTE 7 - NOROESTE	
CIDADE	ENDEREÇO
Cianorte	Rua Fernão Dias, 59, Zona 1.
Campo Mourão	Rua Santa Cruz, 923, Centro.
Umuarama	Rua Des. Munhoz de Mello, 3792, Zona I.

LOTE 8 - OESTE	
CIDADE	ENDEREÇO
Cascavel	Rua São Paulo, 346, Centro.
Foz do Iguaçu	Avenida Brasil, 1829, Centro.

LOTE 9 - SUDOESTE	
CIDADE	ENDEREÇO
Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo, 1312, Centro.
Pato Branco	Rua Maria Bueno, 284, Samburago.



APÊNDICE IX
QUANTITATIVOS PARA COMPROVAÇÃO DE ATESTADO DE
CAPACIDADE TÉCNICA E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

LOTE	QUANTIDADE DE PONTOS ELÉTRICOS E/OU LÓGICOS INSTALADOS PARA COMPROVAÇÃO ¹	QUANTIDADE TOTAL DE PONTOS ELÉTRICOS E LÓGICOS ESTIMADOS PARA O LOTE	% DE PONTOS PARA COMPROVAÇÃO ²
1	56 pontos.	563	9,95%
2	14 pontos.	142	9,86%
3	10 pontos.	55	18,18%
4	20 pontos.	207	9,66%
5	55 pontos.	552	9,96%
6	35 pontos.	357	9,80%
7	10 pontos.	38	26,32%
8	18 pontos.	185	9,73%
9	10 pontos.	21	47,62%

¹ O quantitativo de pontos elétricos e/ou lógicos instalados poderá ser combinado ou não, para fins de comprovação de Capacidade Técnica e Acervo Técnico.

² Definiu-se como percentual de comprovação 10% da quantidade total estimada ou, no mínimo, a estruturação de 10 pontos elétricos e/ou lógicos.



APÊNDICE X
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(TIPO DO CERTAME) N° _____ / _____

A

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

OBJETO:

O _____ abaixo assinado,
_____, Identidade
n° _____ e CPF _____, na
qualidade de responsável legal pela empresa
_____ vem pela

presente, indicar a V. Sas. o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s),
de acordo com a Lei Federal n° 5.194/66 e com as Resoluções n° 218/1973
e n° 1025/2009 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e
Agronomia, Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 67, caso venhamos a vencer a
referida licitação.

1. Engenheiro responsável técnico pelos serviços contratados:

Nome:

CREA:

Assinatura:

2. Engenheiro(s) co-responsável(is) ou vinculados pelos serviços contratados:

Nome:

CREA:

Assinatura:

Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade
Técnica – ARTs no CREA, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal n°
6.496/77 e o artigo 20 da Lei Federal n° 5.194/66, antes do início do
serviço, ficando sujeito a aplicação de penalidade prevista na legislação
vigente e no Edital da presente licitação.

Assinatura do representante legal

Assinatura do(s) responsável(is)
técnico(s)



APÊNDICE XI INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de instrumento de medição de resultados que contemplasse a pontualidade e acurácia dos serviços prestados. Desse modo, além do cumprimento de todos os requisitos técnicos e obrigações firmadas na contratação em si, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados:

Tabela 1 - Critérios de medição de resultados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não identificado no local de prestação do serviço.	1	Por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado, por dia
3	Execução de serviços com qualidade abaixo do padrão exigido, resultando em retrabalho ou na necessidade de intervenção corretiva. Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ponto instalado.
4	Retirar das dependências da DPE/PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	3	Por item e por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Atrasar, de maneira injustificada e/ou sem autorização formal, o início da execução dos serviços in loco.	7	Por dia de atraso.
7	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	10	Por ocorrência
8	Suspender, interromper ou não entregar o objeto contratual, salvo por motivo de força maior, caso fortuito ou com prévia autorização formal da fiscalização contratual.	10	Por dia
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	20	Por ocorrência

Para os itens a seguir, DEIXAR DE:

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
10	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
11	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida.	3	Por ocorrência e por dia
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo definido pela fiscalização.	5	Por dia



Para os itens a seguir, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
14	Promover a limpeza do local de prestação dos serviços como um todo, após notificação de término dos serviços.	5	Por ocorrência e por dia
15	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	5	Por empregado e por ocorrência
16	Apresentar as Notas Fiscais discriminando preços e quantidades de todos os materiais utilizados, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso e etc.).	15	Por ocorrência

Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará descontos nos valores contratuais, nos seguintes termos:

Tabela 2 - Providência em caso de descumprimento contratual, em face da medição dos resultados, não excluídas outras providências cabíveis.

Grau de infração	Correspondência
Pontos acumulados	% do valor do contrato
Até 7 pontos	Notificação
De 8 a 12 pontos	1,0%
De 13 a 20 pontos	2,5%
De 21 a 30 pontos	5,0%
De 31 a 40 pontos	7,5%
De 41 a 50 pontos	10,0%
De 51 a 60 pontos	15,0%
De 61 a 70 pontos	20,0%
Acima de 70 pontos	30,0%

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

Grupo XX	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP			
	Benefícios LC 123/2066		Sim ()	Não ()
Item	Quant.	Unidade de Medida	Especificações	Valor Total do Item (R\$)
VALOR GLOBAL DO GRUPO XX (considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)				R\$

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06		
Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	() NÃO CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.	() CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Demais condições:



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

Processo nº 24.0.000001614-0

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [XXX/aaaa]
[MODALIDADE DE LICITAÇÃO] Nº [XXX/aaaa] (Nº PNCP: [XXX/aaaa])
(V2. 12/09/2025)

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388 **, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, considerando a homologação do/a **[MODALIDADE DE LICITAÇÃO] nº [XXX/XXXX]** (Processo nº **[XXXXXX]**),

RESOLVE registrar os preços dos fornecedores/prestadores indicados e qualificados nesta Ata de Registro de Preços (ARP), de acordo com as classificações por eles alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021¹, na Resolução DPG nº 375/2023² e na legislação correlata, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços (ARP) é registrar os preços para a contratação de **serviços de execução e remoção de infraestruturas de redes lógica e elétrica** nas sedes atuais e em eventuais novas sedes da DPE-PR, situadas em todo o Estado do Paraná, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, bem como nas propostas vencedoras, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo desta ARP e aos quais este instrumento está vinculado, independentemente de transcrição.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

² Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão discriminadas na tabela a seguir:

GRUPO [XX]		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
[XX]	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ [XXX]

DADOS DO FORNECEDOR/PRESTADOR
Razão social: [XXXXXX] CNPJ: [XXXXXX] Endereço: [XXXXXX] E-mail: [XXXXXX] Telefone: [XXXXXX] Representante: [XXXXXX]

2.2 A listagem do **Cadastro de Reserva** referente ao presente registro de preços consta no Apêndice I^[3] desta ARP.

3. DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA DA ARP

3.1. O prazo de vigência desta ARP é de **1 (um) ano**, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do respectivo extrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED)⁴, podendo ser prorrogada por igual período, desde que seja formalizada previamente ao término da vigência inicial e que seja comprovado preço mais vantajoso.

3.1.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência desta ARP, os itens registrados serão renovados aos seus quantitativos originais.

3.2. A DPE-PR dará publicidade a esta ARP divulgando-a no Portal da Transparência da DPE-PR e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

³ [NÃO houve formação de Cadastro de Reserva para esta ARP.] OU [Excluir esta nota e preencher o Apêndice I]

⁴ Instituído pela Lei Estadual (PR) nº 20.927/2021, o DED é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

3.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento/prestação do objeto nas condições estabelecidas nesta ARP, mas não obrigará a DPE-PR a contratar, facultada a realização de certame específico para o objeto pretendido, desde que devidamente motivada.

3.4. A contratação com o fornecedor/prestador registrado nesta ARP será formalizada pela DPE-PR por intermédio de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.1. Os eventuais contratos decorrentes desta ARP terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições neles contidas, devendo ser assinados no prazo de validade da ARP e podendo, ainda, se couber, ser alterados conforme a disciplina do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DO CADASTRO DE RESERVA

4.1. O Cadastro de Reserva a que se refere o Item 2.2 tem por objetivo manter ativa a ARP em caso de exclusão do fornecedor/prestador vencedor, no qual serão registrados os fornecedores/prestadores que:

4.1.1. aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da adjudicatária, observada a classificação do certame; e

4.1.2. mantiverem sua proposta original.

4.2. Para fins da ordem de classificação do Cadastro de Reserva, os fornecedores/prestadores que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da adjudicatária antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.3. A habilitação dos fornecedores/prestadores que comporão o Cadastro de Reserva desta ARP somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos fornecedores/prestadores remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.3.1. quando o fornecedor/prestador vencedor não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência; e

4.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor/prestador ou do registro de preços nas hipóteses previstas no Item 8.

4.4. Na hipótese de nenhum fornecedor/prestador de que trata o Item 4.1.1 aceitar a contratação nos termos e nas condições estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no

Termo de Referência, a DPE-PR, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

4.4.1. convocar para negociação os demais fornecedores/prestadores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária; ou

4.4.2. adjudicar e firmar o contrato (ou instrumento substitutivo) nas condições ofertadas pelos fornecedores/prestadores remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5. DA EXECUÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A execução, a fiscalização e o recebimento do objeto devem observar a disciplina e os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência que regem esta contratação.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento e as demais condições a ele referentes devem observar a disciplina e os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência que regem esta contratação.

7. DA ALTERAÇÃO, DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA E DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente (reajuste por índice) ou alterados (revisão), a pedido do fornecedor/prestador, ou por iniciativa da DPE-PR, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve os preços, nas seguintes situações:

7.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inc. II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. mediante reajuste por índice dos preços registrados em razão da variação dos custos decorrentes do mercado (insumos), nos termos do Item 7.III.

7.2. Cabe ao fornecedor/prestador interessado requerer a atualização periódica ou a alteração de preços registrados mediante ofício devidamente instruído, contemplando fundamentação e justificativas pertinentes e a documentação necessária, o qual deve ser enviado à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

7.2.1. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela DPE-PR ao fornecedor/prestador, cabendo a este o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à DPE-PR.

7.3. Os prazos para as respostas da DPE-PR aos requerimentos do fornecedor/prestador beneficiário desta ARP, desde que devidamente instruídos, serão:

7.3.1. Para alteração (revisão): em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do pedido.

7.3.2. Para atualização periódica mediante reajuste por índice: em até **60 (sessenta) dias**, contados da data do pedido ou, caso o percentual do índice ainda não tenha sido divulgado na ocasião do pedido, da data em que for possível apurar o índice a ser aplicado.

7.3.3. Em qualquer momento, se constatada a necessidade de que o fornecedor/prestador solicitante complemente a documentação que instrui o pedido de atualização periódica ou de alteração dos preços registrados, os prazos previstos nos Itens 7.3.1 e 7.3.2 ficam interrompidos até o recebimento dos documentos solicitados.

7.4. A DPE-PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente os preços registrados nesta ARP até a decisão final de processo de alteração ou atualização periódica dos preços inicialmente registrados.

7.5. A atualização periódica e a alteração de preços de que trata a íntegra deste Item 7 não se aplica aos contratos já firmados com base nos preços registrados nesta ARP.

7.II. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.6. Quando o **preço praticado no mercado se tornar inferior ao preço registrado** por motivo superveniente, a DPE-PR convocará o fornecedor/prestador para negociar a redução do preço registrado, a fim de torná-lo compatível com os valores praticados pelo mercado.

7.6.1. Se o fornecedor/prestador não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, ele será liberado dos compromissos assumidos quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.6.2. Na hipótese prevista no Item 7.6.1, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.6.3. Não havendo êxito nas negociações de que trata o Item 7.6.2, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento da ARP.

7.7. Quando o **preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado**, é facultado ao fornecedor/prestador solicitar a majoração do preço registrado, mediante requerimento, nos termos dos Itens 7.2 e 7.2.1, que, no mínimo, demonstre:

7.7.1 o fato superveniente que rompeu o equilíbrio econômico-financeiro inicial dos preços registrados;

7.7.2. a modificação substancial nas condições registradas, de modo que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor/prestador beneficiário desta ARP e os da DPE-PR;

7.7.3. a desatualização dos preços registrados por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que evidencie que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

7.8. Na hipótese de que trata o Item 7.7, se **não comprovada a desatualização** dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela DPE-PR, e o fornecedor/prestador permanecerá vinculado ao valor registrado nesta ARP, sob pena de cancelamento de seu registro, nos termos do Item 8.1, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação e no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência.

7.8.1. Na hipótese de cancelamento do registro de preços decorrente do previsto no Item 7.8, a DPE-PR poderá convocar os demais fornecedores/prestadores integrantes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado no referido cadastro desta ARP.

7.8.2. Se não houver Cadastro de Reserva, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ARP no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado da contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do Instrumento Convocatório e/ou do Termo de Referência.

7.8.3. Não havendo êxito nas negociações de que tratam os Itens 7.8.1 e 7.8.2, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento da ARP.

7.9. Na hipótese de que trata o Item 7.7, se **comprovada a desatualização** dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ARP, a DPE-PR efetuará a majoração do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.9.1. Se o fornecedor/prestador não aceitar os valores finais após a atualização pela DPE-PR, será liberado dos compromissos assumidos quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.9.2. Na hipótese prevista no Item 7.9.1, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço atualizado.

7.9.3. Se não houver Cadastro de Reserva, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ARP no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado da contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do Instrumento Convocatório e/ou do Termo de Referência.

7.9.4. Não havendo êxito nas negociações de que tratam os Itens 7.9.2 e 7.9.3, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento da ARP.

7.III. ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.10. É permitida a atualização periódica dos preços inicialmente registrados referentes aos custos decorrentes do mercado (insumos) mediante **reajuste por índice**, de acordo com a variação acumulada do **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)**, ou de índice oficial que venha a substituí-lo, desde que observado o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado da

data do orçamento estimado⁵ do procedimento desta contratação, compreendendo o período de **01/04/2025 a 01/04/2026**.

7.10.1. Para fins de análise acerca do cabimento e de eventual deferimento da atualização periódica mediante reajuste por índice, o fornecedor/prestador beneficiário desta ARP deverá formular requerimento, nos termos dos Itens 7.2 e 7.2.1, durante a vigência da ARP e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O **registro do fornecedor/prestador** beneficiário desta ARP poderá ser cancelado pela DPE-PR quando o fornecedor/prestador:

- 8.1.1. descumprir as condições desta ARP sem justificativa aceitável;
- 8.1.2. não assinar o contrato decorrente desta ARP ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela DPE-PR sem justificativa razoável;
- 8.1.3. não aceitar manter seu preço registrado na hipótese prevista no Item 7.8; ou
- 8.1.4. sofrer sanção em que seja declarada sua inidoneidade.

8.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor/prestador de que trata o Item 8.1, a DPE-PR poderá convocar os licitantes que compõem o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação.

8.3. Os **preços registrados** nesta ARP poderão ser cancelados, total ou parcialmente, pela DPE-PR, nas seguintes hipóteses e desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.3.1. por razões de interesse público;
- 8.3.2. a pedido do fornecedor/prestador, por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.2.3. se não houver êxito nas negociações de que tratam os Itens 7.6.3, 7.8.3 e 7.9.4.

8.4. No cancelamento do registro do preço do fornecedor/prestador ou desta ARP por iniciativa da DPE-PR, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, com prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentação de defesa, contados da notificação pessoal ou da publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED).

⁵Considera-se como a data do orçamento estimado o primeiro dia de vigência da Tabela SECID (Tabela de Custos e Serviços de Edificações Desonerada da Secretaria das Cidades do Estado do Paraná), versão março/2025, adotada como referência para esta contratação.

8.5. A DPE-PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente os preços registrados nesta ARP até a decisão final do processo de cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados.

8.6. A decisão de cancelamento do registro do preço do fornecedor/prestador ou desta ARP será registrada no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e seu resumo será publicado no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED).

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento das obrigações assumidas por ocasião do procedimento desta contratação ensejará a aplicação, garantido previamente o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/prestador, das sanções previstas no Termo de Referência e no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentados no âmbito da DPE-PR por meio da Deliberação CSDP nº 043/2023⁶.

10. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Aplicam-se à presente avença, especialmente aos casos omissos, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Resolução DPG nº 375/2023, na Deliberação CSDP nº 043/2023 e, subsidiariamente, no Decreto Federal nº 11.462/2023.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

11.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de executar o objeto desta ARP até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ARP, em conformidade com o Instrumento Convocatório e/ou o Termo de Referência que rege o processo desta contratação.

11.2. Para dirimir questões oriundas da presente ARP fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

⁶ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.



Curitiba, data da assinatura digital⁷.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DO
FORNECEDOR/PRESTADOR]**
**[RAZÃO SOCIAL DO
FORNECEDOR/PRESTADOR]**

TESTEMUNHAS:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

⁷ A data da assinatura será a data em que a Contratante realizou a assinatura digital.



APÊNDICE I

CADASTRO RESERVA

1. Observando-se a ordem de classificação, a seguir consta a relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos da adjudicatária:

Classificação	FORNECEDOR/PRESTADOR	CNPJ
[...]	[RAZÃO SOCIAL OU X]	[nº do CNPJ OU X]
[...]	[...]	[...]

2. Observando-se a ordem de classificação, a seguir consta a relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Classificação	FORNECEDOR/PRESTADOR	CNPJ
[...]	[RAZÃO SOCIAL OU X]	[nº do CNPJ OU X]
[...]	[...]	[...]



Processo nº 24.0.000001614-0

CONTRATO Nº [XXX/aaaa]

(V2. 12/09/2025)

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]** para prestação de serviços de execução de redes lógica e elétrica.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [XXXXXX], sediada na [Rua/Avenida XXXXXX], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **[NOME COMPLETO]**, CPF nº ***.XXX.XXX-**, conforme [ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos],

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da homologação do[a] [Modalidade de licitação] nº [XXX/aaaa] (Processo nº [XXXXXX]), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, inclusive seus eventuais anexos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é contratação de **serviços de execução e remoção de infraestruturas de redes lógica e elétrica** nas sedes atuais e em eventuais novas sedes da DPE-PR, situadas em todo o Estado do Paraná, conforme discriminado na tabela a seguir:

GRUPO [X]		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
[X]	Serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado e instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material.	R\$ [XXX]

2.2. O escopo do objeto deste Contrato abrange os serviços e o fornecimento de materiais descritos no Projeto Básico ou documento técnico equivalente disponibilizado pela CONTRATANTE e previamente aprovado pela CONTRATADA, o qual integra e vincula o presente instrumento, sem prejuízo da execução de ações correlatas e eventualmente não elencadas, mas essenciais à plena execução contratual.

2.3. É vedada a aquisição de materiais para a formação de estoque, bem como a utilização dos serviços, associados ou não ao fornecimento de materiais, que não sejam pertinentes ou diretamente complementares ou suplementares aos serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado e instalações elétricas e telefônicas.

2.4. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados, especialmente no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, prorrogável na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, mediante termo aditivo, quando a execução do objeto não for concluída no período previsto na Cláusula 3.1, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução do objeto contratual será de **empreitada por preço unitário**.



4.2. A execução contratual terá início na data em que se inicia a vigência contratual, nos termos da Cláusula 3.1.

4.3. Os prazos e as diretrizes aplicáveis à execução contratual estão previstos no Termo de Referência, devendo ser observados pelas partes, sem prejuízo do cumprimento das disposições deste contrato e dos demais documentos vinculados.

4.4. A execução do objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É permitida a subcontratação parcial da execução do objeto contratual, desde que observados os limites autorizados e cumpridos os demais requisitos previstos no Termo de Referência desta contratação.

5.2. É vedada a subcontratação total do objeto desta contratação.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.5. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a(s) subcontratada(s) cumpre(m) os requisitos necessários para a execução do objeto.

5.6. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

5.7. As partes devem observar a disciplina estabelecida no Termo de Referência desta contratação no que se refere ao procedimento para a autorização da subcontratação do objeto, aos requisitos para a execução contratual pela(s) subcontratada(s) e respectivo acompanhamento



e fiscalização, bem como aos prazos e formas de pagamento referentes à(s) parcela(s) subcontratada(s).

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, em conformidade com o disposto neste Termo de Contrato, incluindo seu Anexo I (Instrumento de Medição de Resultados), e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023² e em seu Anexo XII.

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor[a] titular: [XXXXXX]; Gestor[a] substituto[a]: [XXXXXX]; Fiscal titular: [XXXXXX]; Fiscal substituto[a]: [XXXXXX].

6.3. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente Termo de Contrato, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.

6.3.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.

6.4. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre o objeto contratado, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

6.5. A CONTRATANTE realizará avaliação constante da execução contratual, com vistas ao monitoramento do nível de qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, a fim de prevenir sua deterioração e promover, sempre que necessário, a imediata intervenção para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades identificadas.

6.5.1. Verificado comportamento reiterado de desconformidade no fornecimento dos bens e/ou na prestação dos serviços, ou quando a qualidade observada estiver abaixo dos níveis

² Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

mínimos exigidos, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente.

6.5.2. É vedado à CONTRATADA realizar, formalizar ou apresentar avaliação de desempenho e qualidade relativa ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços por ela própria realizados, sendo tal atribuição exclusiva da CONTRATANTE, conforme as disposições deste Termo de Contrato e da legislação vigente.

6.6. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.7. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, com requisição de correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou adoção de providências cabíveis no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

6.8. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações por estes solicitados, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.9. A fiscalização e a gestão contratual exercidas pela CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

7.2. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

7.3. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, no prazo de até **5 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento do documento de cobrança.

7.3.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato e os demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

7.4. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, no prazo de até **15 (quinze) dias** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

7.4.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

7.5. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7.5.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 7.5, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

7.6. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

7.7. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7.8. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.2. No valor indicado na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

8.3. A composição do valor indicado na Cláusula 8.1 observa, a título referencial, a Tabela de Custos e Serviços de Edificações Desonerada da Secretaria das Cidades do Estado do Paraná (SECID), versão março/2025, adotada como parâmetro pela DPE-PR³ para a formação dos preços de materiais e serviços.

8.3.1. Para a composição do custo, os valores constantes na Tabela SECID foram acrescidos do **BDI de [XX]% ([por extenso])**⁴, aplicando-se, sobre o resultado o **desconto de [XX]% ([por extenso])**⁵.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: [XXXXXX], Detalhamento: [XXXXXX].

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

10.1.1. Nos casos em que o objeto do contrato ultrapassar a instalação, adequação e/ou remoção de mais de 200 (duzentos) pontos elétricos e/ou lógicos, poderá haver o faturamento e o pagamento intermediários, relativos a até 30% (trinta por cento) do valor contratado, desde que solicitado pela CONTRATADA e atendidos os critérios disciplinados no Instrumento de Medição e Resultados (IMR) – Anexo I deste Contrato.

³ Nos termos da IN DPG nº 98/2025, que regulamenta a estimativa de custos de obras de edificações e serviços de engenharia arquitetura na DPE-PR.

⁴ Percentual de BDI indicado na proposta vencedora do certame, **corrigido de acordo com a alíquota do município no qual serão prestados os serviços.**

⁵ Percentual de desconto indicado na proposta vencedora do certame.



10.1.2. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação do documento de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

10.2. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

10.4.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. DO REAJUSTE POR ÍNDICE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado⁶ desta contratação (data-base), compreendendo o período de **01/04/2025 a 01/04/2026**.

12.2. Findo o período previsto na Cláusula 12.1, os preços contratados poderão ser objeto de reajuste, considerando a data-base: **01 de abril**, mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 12.3, com base na variação acumulada do **Índice Nacional de**

⁶ Considera-se como a data do orçamento estimado o primeiro dia de vigência da Tabela SECID (Tabela de Custos e Serviços de Edificações Desonerada da Secretaria das Cidades do Estado do Paraná), versão março/2025, adotada como referência para esta contratação.

Custo da Construção (INCC) no respectivo período ou, em caso de extinção desse índice, de outro que venha a substituí-lo, a critério da CONTRATANTE.

12.2.1. Os valores resultantes de reajuste somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou execução se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

12.3. Para fins de análise, pela CONTRATANTE, acerca do cabimento do reajuste, a CONTRATADA deverá formular requerimento durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão, devendo este ser remetido à CONTRATANTE via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.3.1. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores atualizados, sob pena de preclusão.

12.3.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à CONTRATANTE.

12.4. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores.

12.5. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de reajuste em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 12.3.

12.6. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 12.1, qual seja, **02/04/2026**.

12.7. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado, independentemente da data apostilada.

12.II. DA REVISÃO

12.8. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

12.9. A revisão dos preços originalmente contratados estará condicionada à demonstração inequívoca de desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, devidamente analisada pelos setores técnico e jurídico competentes, e sujeita à aprovação da autoridade competente, observando-se, ainda:

12.9.1. a existência de reajustes e/ou repactuações anteriormente implementados no contrato, com vistas a evitar duplicidade de compensações ou acúmulo indevido de valores;

12.9.2. o limite máximo de quatro casas decimais nos valores resultantes da revisão.

12.10. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.10.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.10, devidamente instruído, deverá ser endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado, via e-mail, à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.10.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após o envio, pela CONTRATANTE, de confirmação de recebimento, cabendo à CONTRATADA solicitar tal confirmação, caso entenda necessário.

12.11. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento, nos termos da Cláusula 12.10.2.

12.11.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente tal necessidade à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 12.11 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como de sua exclusiva responsabilidade os riscos e os encargos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor⁷ e das demais disposições constantes no Termo de Referência desta contratação.

13.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não se eximindo dessa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento da execução contratual realizados pela CONTRATANTE, a qual, desde já, fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou de eventual garantia prestada – quando exigida –, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos, avarias ou incorreções oriundos da execução contratual ou dos materiais empregados.

13.1.4. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis oriundos de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los quando insuficientes para o atendimento adequado do objeto, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a técnica adequada ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

13.1.7. Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações constantes no memorial descritivo ou documento congênere.

13.1.8. Executar o objeto com estrita observância à legislação vigente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local de execução limpo, seguro, higiênico e disciplinado.

13.1.9. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança e conduta eventualmente estabelecidas pela CONTRATANTE PARA suas dependências.

⁷ Lei nº 8.078/1990.

13.1.10. Alocar os profissionais necessários, devidamente qualificados e habilitados, ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios compatíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia, com as exigências técnicas, legais e contratuais.

13.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributárias, fiscais e comerciais previstas em legislação vigente, sendo vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE e não podendo a inadimplência dessas obrigações resultar em qualquer ônus, prejuízo ou acréscimo de custos ao objeto contratual.

13.1.12. Observar a proibição legal de utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo vedado, ainda, o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

13.1.13. Cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais de reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011⁸, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016⁹ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024¹⁰.

13.1.14. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.

13.1.15. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018¹¹ e à Resolução DPG nº 318/2023¹², garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

⁸ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

⁹ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

¹⁰ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

¹¹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹² Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

13.1.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de modo formal e fundamentado, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos pactuados, apresentando a respectiva comprovação documental.

13.1.18. Atender, nas condições e nos prazos fixados, aos requerimentos e às determinações da CONTRATANTE relacionados à adequada gestão do contrato, inclusive quanto à instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou de prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

14.1.1. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.2. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

14.1.6. Analisar e decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a adequada execução contratual.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis pela inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato, conforme previsto na legislação e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando cabível, os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.9. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018¹³ e à Resolução DPG nº 318/2023¹⁴, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

14.2. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. A CONTRATADA, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, na qualidade de operadora de dados, compromete-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiver acesso durante a vigência contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

15.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução do presente Contrato para finalidade distinta daquela do objeto e da finalidade deste ajuste, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

15.3. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

15.4. A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a

¹³ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁴ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.



qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

15.5. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo, coletando o devido termo de confidencialidade.

15.6. A CONTRATADA compromete-se a, mediante solicitação da CONTRATANTE, franquear o acesso a documentos e registros razoavelmente necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula Décima Quinta.

15.7. A CONTRATADA compromete-se a manter e, quando solicitado pela CONTRATANTE, disponibilizar registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência deste Contrato, de acordo com o art. 37 da Lei nº 13.709/2018.

15.8. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados, garantindo também, quando cabível, a rastreabilidade de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.9. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as partes comprometem-se a garantir transparência ativa sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste ajuste, devendo publicar o Contrato em seus sítios eletrônicos e nos portais de transparência.

15.10. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

15.11. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, deve:

15.11.1. notificar, por escrito, à CONTRATANTE no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas**;



15.11.2. auxiliar, mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta, prestando as informações necessárias para tanto, e na adoção das providências cabíveis.

15.12. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE **imediatamente** quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

15.13. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), devendo conter, **no mínimo**, as seguintes informações:

15.13.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

15.13.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

15.13.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

15.13.4. os riscos relacionados ao incidente;

15.13.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;

15.13.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

15.14. A comunicação de eventual incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, na condição de entidade controladora.

15.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.

15.16. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da Lei nº 13.709/2018.

15.17. Eventual subcontratação, **quando autorizada** pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.

15.18. Em havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que

forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.

15.19. Em havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora, e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.

15.20. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

15.21. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

15.22. O presente ajuste não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados durante a execução deste Contrato, que permanecerão sendo de propriedade de seu proprietário originário.

15.23. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

15.24. Nas hipóteses de extinção contratual, a CONTRATADA se compromete, por qualquer motivo ou por solicitação da CONTRATANTE, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

15.25. No caso de identificação da necessidade de manutenção de dados pessoais, após o término da finalidade ou da extinção do contrato, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e de modo justificado, a necessidade de manutenção dos dados, indicando:

15.25.1. a base legal que autoriza a manutenção (conforme art. 7º ou art. 11 da Lei nº 13.709/2018);

15.25.2. a finalidade específica para a qual os dados serão mantidos;

15.25.3. o prazo de retenção.

15.26. Após o término do prazo de retenção dos dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a descartá-los de maneira segura, utilizando métodos que impeçam sua recuperação, tais como destruição física ou sobrescrita de mídias digitais, fornecendo à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovação da eliminação ou anonimização dos dados pessoais, conforme o caso.

15.27. As partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra parte no cumprimento de suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

16.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

16.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 16.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art.76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023¹⁵, bem como

¹⁵ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

nas disposições do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência desta contratação, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

17.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18¹⁶ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19¹⁷ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19¹⁸ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

17.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

¹⁶ “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

¹⁷ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

¹⁸ “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”

17.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

17.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do término do prazo de vigência contratual.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137¹⁹ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.2.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

18.2.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

¹⁹ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”

18.3. A extinção do contrato poderá ser:

18.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.3.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

18.3.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.4. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da CONTRATANTE, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do § 2º do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

18.6. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

18.7.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.7.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.7.3. indenizações e multas.

18.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS COMUNICAÇÕES

19.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

19.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

19.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023²⁰; da Lei Complementar nº 123/2006²¹; da Lei nº 13.709/2018²²; da Deliberação CSDP nº 21/2022²³; da Lei nº 8.078/1990²⁴, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

²⁰ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²¹ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

²² Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

²³ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²⁴ Código de Defesa do Consumidor.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura²⁵.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]**

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

TESTEMUNHAS:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

²⁵ A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme a avaliação de desempenho estabelecida na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ITEM	CRITÉRIO DE DESEMPENHO	PONTOS	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não identificado no local de prestação do serviço.	1	Por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado, por dia
3	Execução de serviços com qualidade abaixo do padrão exigido, resultando em retrabalho ou na necessidade de intervenção corretiva. Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ponto instalado.
4	Retirar das dependências da DPE/PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	3	Por item e por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Atrasar, de maneira injustificada e/ou sem autorização formal, o início da execução dos serviços in loco.	7	Por dia de atraso.
7	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	10	Por ocorrência
8	Suspender, interromper ou não entregar o objeto contratual, salvo por motivo de força maior, caso fortuito ou com prévia autorização formal da fiscalização contratual.	10	Por dia
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	20	Por ocorrência
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:			
ITEM	CRITÉRIO DE DESEMPENHO	PONTOS	INCIDÊNCIA
10	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
11	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida.	3	Por ocorrência e por dia



ITEM	CRITÉRIO DE DESEMPENHO	PONTOS	INCIDÊNCIA
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo definido pela fiscalização.	5	Por dia
14	Promover a limpeza do local de prestação dos serviços como um todo, após notificação de término dos serviços.	5	Por ocorrência e por dia
15	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	5	Por empregado e por ocorrência
16	Apresentar as Notas Fiscais discriminando preços e quantidades de todos os materiais utilizados, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso e etc.).	15	Por ocorrência

2. Pelo descumprimento dos critérios estabelecidos na Tabela 1, a CONTRATANTE aplicará descontos nos valores devidos pelos serviços prestados utilizando a seguinte metodologia: (i) as ocorrências registradas serão avaliadas com base nos critérios de desempenho, pontos e frequência de incidência; (ii) o percentual de desconto será aplicado no pagamento correspondente, com base no somatório da pontuação atribuída às ocorrências, conforme disposto na Tabela 2, a seguir.

TABELA 2 – FAIXAS DE PONTUAÇÃO E PERCENTUAIS DE DESCONTOS

PONTOS ACUMULADOS	% DE DESCONTO DO VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
Até 7 pontos	Notificação
De 8 a 12 pontos	1,0%
De 13 a 20 pontos	2,5%
De 21 a 30 pontos	5,0%
De 31 a 40 pontos	7,5%
De 41 a 50 pontos	10,0%
De 51 a 60 pontos	15,0%
De 61 a 70 pontos	20,0%
Acima de 70 pontos	30,0%